

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE HISTÓRIA – INHIS

NÚBIA DE OLIVEIRA SILVA

**A REVISTA ILLUSTRADA ÀS VÉSPERAS DA ABOLIÇÃO E SUAS PRINCIPAIS
TEMÁTICAS**

UBERLÂNDIA

2015

NÚBIA DE OLIVEIRA SILVA

Monografia apresentada ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de graduação.

Orientadora: Dra. Daniela Magalhães da Silveira

FICHA CATALOGRÁFICA

SILVA, Núbia de Oliveira.

A Revista Ilustrada às vésperas da abolição e suas principais temáticas / Núbia de Oliveira Silva- 2015.

Uberlândia, MG: [s.n], 2015

Orientadora: Daniela Magalhães da Silveira

Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de História.

1. Imprensa Ilustrada. 2. Abolição. 3. Crime. 4. D. Pedro II. I.

Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

A *REVISTA ILLUSTRADA* ÀS VÉSPERAS DA ABOLIÇÃO E SUAS PRINCIPAIS TEMÁTICAS

Uberlândia, 09 de Dezembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Daniela Magalhães da Silveira

Prof. Dra. Ana Paula Spini

Prof. Dra. Maria Andréa Angelotti Carmo

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por sempre estar comigo, me estendendo a mão em todos os momentos difíceis, dando-me força e coragem para vencê-los com sabedoria.

Aos meus pais (in memória), por terem me dado a vida e a educação, além de acompanharem minha jornada abençoando e guiando meus passos ao lado de Deus.

Ao meu irmão, meus tios e primos por todo amor e carinho sempre presentes. Obrigado por existirem e fazerem parte da minha vida.

A professora Dra. Daniela Magalhães da Silveira, pela disponibilidade ao me orientar nesta pesquisa e na vida, sendo exemplo de mulher e profissional.

Aos colegas da 38ª turma de História, pelas companhias e por compartilharem suas experiências. Jamais esquecerei...

À Escola Estadual Ângela Teixeira da Silva, diretores, professores e funcionários, pela colaboração e por abrir-me as portas na realização do Estágio Supervisionado.

Aos professores e funcionários da Universidade Federal de Uberlândia, sobretudo do Instituto de História, por me proporcionarem cursar a graduação.

Aos amigos que estiveram sempre presentes, cada um de forma especial, a eles todo meu carinho e agradecimento.

Por fim, a todos que de alguma forma participaram comigo dessa caminhada, muito obrigado!

RESUMO

O século XIX no Brasil foi marcado por vários acontecimentos sociais, políticos e culturais, como por exemplo, a abolição da escravatura e o fim do período monárquico. Estes fatos foram discutidos nas páginas da imprensa ilustrada do período. Desta forma, um dos principais veículos de propagação das notícias foram as revistas que se tornaram um espaço de crítica e de humor. Esta monografia tem como objetivo analisar três questões amplamente discutidas nas páginas da *Revista Illustrada* entre 1888 e 1889: a questão abolicionista, as notícias de crimes e a construção da imagem de D. Pedro II. Para tanto, foi necessário compreender a importância da imprensa ilustrada no período, além de observar e analisar sua estrutura como as charges, caricaturas e artigos, na tentativa de revelar o perfil dos leitores da revista, a violência de forma geral praticada contra a sociedade, bem como os principais envolvidos nos conflitos, como aconteciam e por quê. A *Revista Illustrada* foi uma revista produzida no Rio de Janeiro que tratava de política de forma satírica, sendo atuante na defesa das causas levantadas por abolicionistas. Foi publicada entre maio de 1876 a agosto de 1898 e fundada por Ângelo Agostini.

PALAVRAS-CHAVE

Imprensa Ilustrada; Abolição; Crime; D. Pedro II.

SUMÁRIO

RESUMO	6
INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1	
REVISTA ILLUSTRADA: POLÍTICA ABOLICIONISTA E ENTRETENIMENTO	111
1.1 A <i>Revista Illustrada</i> na imprensa do século XIX	11
1.2 As caricaturas e as charges	14
1.3 Os artigos	18
1.4 O ano de 1888	20
CAPÍTULO 2	
A VIOLÊNCIA NA REVISTA ILLUSTRADA.....	29
2.1 Violência e literatura.....	29
2.2 A representação da violência	32
CAPÍTULO 3	
A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE D. PEDRO II NA <i>REVISTA ILLUSTRADA</i>	39
3.1 O Imperador e os últimos anos do Império.....	39
3.2 A imagem de D. Pedro II na <i>Revista Illustrada</i>	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
FONTES.....	55
BIBLIOGRAFIA.....	55

INTRODUÇÃO

No meu quarto período de graduação do curso de História, na Universidade Federal de Uberlândia, fiz a disciplina História do Brasil II, ministrada pela professora doutora Daniela Magalhães da Silveira. Nessas aulas fui apresentada ao ser apresentada à *Revista Ilustrada*, abordando o Brasil no século XIX. A partir de então, meu interesse aumentou, fazendo com que eu procurasse mais informações e visse os números do periódico digitalizados no site da Biblioteca Nacional.¹

A *Revista Ilustrada* foi fundada em 1º de maio de 1876 e mantinha sua oficina e redação no Rio de Janeiro. Publicada normalmente aos sábados, ela continha oito páginas (37 x 27 cm), sendo quatro de textos e quatro de imagens. A *Revista* tratava de política de forma satírica e foi atuante na defesa das causas levantadas por abolicionistas reconhecidos àquela época. Por muitos anos, manteve-se sem nenhum tipo de patrocínio, defendendo ideias republicanas. Foi dirigida por Ângelo Agostini até a queda do regime imperial, quando a direção foi passada para Pereira Neto. A partir de então, o periódico, que circulava semanalmente, passou a ter edições em períodos incertos, o que desencadeou na perda do espaço e da credibilidade, deixando de ser publicada em 1898.²

Ângelo Agostini nasceu no dia 8 de abril de 1843, em Vercelli, no norte da Itália. Órfão de pai, mudou-se para o Brasil, em 1859, com a mãe. Sua carreira profissional iniciou-se na província de São Paulo em 1864, como caricaturista do jornal *Diabo Coxo*. Nove meses depois, contribuiu com o *Cabrião*. No entanto, após a extinção desse periódico, em 1867, Agostini mudou-se para o Rio de Janeiro, onde deu continuidade ao trabalho na imprensa ilustrada, colaborando com *O Arlequim*. Um ano depois ajudou a fundar a *Vida Fluminense* permanecendo lá até o ano de 1871, quando se transferiu para *O Mosquito*. Finalmente, em 1876, iniciou seu principal e mais famoso projeto: a *Revista Ilustrada*, rendendo ao artista italiano a fama de ter sido um dos pais da caricatura brasileira. Já velho e cansado, Agostini veio a falecer no dia 23 de janeiro de 1910.³

Ao iniciar minha pesquisa na revista, escolhi analisar e trabalhar com apenas dois anos de publicação: 1888 e 1889. Minha escolha se deu, porque, nesse período, o periódico abriu

¹Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/>>

²KNAUSS, Paulo. MALTA, Mariza. OLIVEIRA, Cláudia. VELLOSO, Mônica Pimenta (org.). **Revistas Ilustradas: modos de ler e ver no segundo reinado**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj. 2011.

³BALABAN, Marcelo. **Poeta do lápis: sátira e política na trajetória de Ângelo Agostini no Brasil imperial (1864-1888)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

suas páginas para algumas discussões fundamentais e, em especial, por causa de meu interesse pelo seu posicionamento diante da questão da abolição da escravidão. Quando iniciei a pesquisa, percebi que algumas temáticas ganharam mais espaço naquelas páginas. Isso fez com que eu me dedicasse mais a elas, embora fossem questões amplas e que poderiam ser trabalhadas individualmente. Esses temas são: a questão da abolição, a violência e a construção/destruição da imagem de D. Pedro II. Meu objetivo, com isso, era perceber o posicionamento da própria revista diante dos principais debates de seu tempo. A estratégia foi, então, dividir a monografia em 3 capítulos, de modo que cada um deles serviria para discutir cada um desses temas.

O primeiro capítulo, “*Revista Illustrada*: Política abolicionista e entretenimento,” serviu para desenvolver dois objetivos: refletir sobre a imprensa periódica e, mais especificamente sobre a *Revista Illustrada*, e compreender como se dava a abordagem sobre a questão abolicionista. Para tanto, fiz uma apresentação da revista, concentrando-me nos dois anos escolhidos. Destaquei toda a estrutura da revista: charges, caricaturas e artigos. Em seguida, a abordagem recaiu sobre a questão abolicionista, com discussões a respeito da historiografia sobre a temática e da própria fonte de pesquisa. Procurei mostrar como a abolição era representada na revista através das caricaturas e charges. Em seguida, procurei mostrar novamente essa representação através dos artigos publicados e seus autores, por fim, mostrei como a revista se posicionava em relação à Princesa Isabel e todos os acontecimentos do ano de 1888 até o fim da escravidão. Durante todo o capítulo, tive o cuidado de mostrar como a abolição era tratada em uma revista destinada principalmente a abolicionistas.

No segundo capítulo, “A violências na *Revista Illustrada*”, fiz observações relativas à bibliografia sobre a temática, observando, de forma geral, como a violência, era relatada na imprensa periódica e na literatura do século XIX, procurando identificar quem eram os principais envolvidos nos conflitos, como aconteciam e por quê? Por último, seguindo o mesmo objetivo, apresentei ao leitor a abordagem da violência especificamente na *Revista Illustrada* por meio de seus artigos, charges e caricaturas.

No terceiro capítulo, “A construção da imagem de D. Pedro II na *Revista Illustrada*”, mantive a mesma estrutura do capítulo anterior. Primeiro mostrei como ocorreu, segundo a bibliografia, a construção da imagem de D. Pedro II, desde sua infância até os últimos dias de vida. Por fim, mostrei ao leitor como a imagem de D. Pedro II foi representada e construída na *Revista* até o fim do Império.

Nos últimos anos a imprensa ilustrada brasileira do século XIX, tem despertado interesse de pesquisadores diversos. Desde então muitas de suas potencialidades e dificuldades vêm sendo destacadas, pois utilizadas como fonte para o conhecimento histórico, constituem-se de um grande enigma. Apesar de serem trabalhadas como fonte para a história, por abordar temas políticos que naquele momento estavam em plena efervescência, há um desafio constante para qualquer pesquisador interessado nesse tipo de documento, pois se trata de um material com grande facilidade de se obter diferentes pontos de vistas, aos distintos leitores. Por esse motivo, trata-se de documento aberto, que comporta muitas possibilidades históricas.

O historiador Marcelo Balaban desenvolveu um trabalho sobre Ângelo Agostini, tendo como referência a *Revista Ilustrada*, considerada por muitos autores como o principal periódico ilustrado do Brasil no período. Em sua análise, Balaban (2009), além de pesquisar na revista as informações para a sua interpretação e construção da biografia do caricaturista, também analisou as relações entre a sátira e a crítica existentes nos seus desenhos com questões políticas, culturais e sociais do tempo, tais como: A guerra do Paraguai, a questão religiosa, a abolição e a construção da cidadania. O historiador, portanto, com base nas análises realizadas das ilustrações do periódico, consegue definir as escolhas metodológicas de Agostini, com base em uma série de pequenos e significativos detalhes que dão origem a enigmas difíceis. No entanto, permite levantar questionamentos sobre suas razões ao desenhá-las. Desta forma ao analisar o desenho interrogando-o, valorizando a legenda e os motivos de sua confecção pelo artista e considerando seus enigmas, o autor não correu o risco de somente reproduzir o desenho para reafirmar ou ilustrar sua escrita. Assim, a imagem também é definida como uma fonte possível de ser interpretada. Nesse sentido, vale a pena notar que o referido trabalho indicou vários caminhos sobre a utilização dessa fonte e que foram seguidos nesta monografia, como poderá ser observado ao longo de sua leitura.

CAPÍTULO 1

REVISTA ILLUSTRADA: POLÍTICA ABOLICIONISTA E ENTRETENIMENTO

1.1 A *Revista Ilustrada* na imprensa do século XIX

No século XIX, o principal veículo de propaganda na propagação de ideias era representado principalmente pelas revistas que se tornaram um espaço de crítica e de humor. No contexto cultural europeu, os recursos da ilustração foram um marco revolucionário para a imprensa da época, que, a partir do final do século XVIII, enriqueceu ainda mais suas publicações, transformadas em objetos atraentes, acessíveis também ao público mais afastado e à população analfabeta, que poderia compreender as mensagens através das imagens. Com isso, as revistas ilustradas abrangiam uma quantidade maior de pessoas, tendo em vista uma liberdade maior expressada através de caricaturas. No Brasil, a “imprensa brasileira se viu relativamente livre da nefasta prática da censura no intervalo entre 1840 e 1889, apesar do conservadorismo inerente ao modelo de governo”,⁴ o que facilitou a divulgação de ideias e opiniões, ampliando cada vez mais o número de leitores.

(...) a imprensa ilustrada foi promotora, em grande medida, da circulação de imagens na sociedade apoiada na leitura das letras, aproximando a narrativa escrita da narrativa visual. Ao combinar texto escrito e imagens, a imprensa ilustrada estabeleceu elos entre a cultura letrada e a cultura visual no Brasil da segunda metade do século XIX. Ler as páginas e os textos escritos de um exemplar de *revista ilustrada* implicava olhar imagens. Nesse sentido, os modos de ler e os modos de ver se entrelaçam na fruição das revistas ilustradas. (KNAUSS, 2011. p. 7).

De acordo com Sodré (1999), a imprensa brasileira surgiu em 1808, quando a Corte portuguesa, fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte, se estabeleceu no Rio de Janeiro, onde instalou a gráfica da qual saíram os primeiros jornais impressos no país. Em seguida, outros ateliês começaram a funcionar, em diferentes cidades, multiplicando rápida e continuamente o número de periódicos brasileiros. As revistas ilustradas foram interlocutoras dos olhares sobre o mundo e intenções de sociedades do presente para o futuro, além de divulgarem valores culturais, se preocupavam com a linguagem, tornando a leitura de fácil compreensão, nos permitindo tentar entender a sensibilidade e a historicidade de uma época.

⁴ CARDOSO, Rafael. **Projeto gráfico e meio editorial nas revistas ilustradas do Segundo Reinado**. In: KNAUSS, Paulo. MALTA, Mariza. OLIVEIRA, Cláudia. VELLOSO, Mônica Pimenta. (org.) *Revistas ilustradas: modos de ler e ver no segundo reinado*. Rio de Janeiro. Mauad X: Faperj. 2011.p. 18.

No Segundo Reinado do Império Brasileiro, o ensino e a instrução eram voltados para poucos, por isso a importância de se privilegiar as charges, caricaturas e histórias em quadrinhos nas publicações impressas. Dessa forma, a imprensa ilustrada tanto contribuiu para o equilíbrio de opiniões, recebendo influências de leitores e conselho editorial, quanto visava lucros e atuava como aparelho privado de hegemonia, sendo "importante estar atento para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural",⁵ o que nos faz considerar que nenhum discurso é neutro, e sim representante de manifestações da sociedade a ela vinculada.

(...) As revistas devem ser estudadas em si mesmas, articulando-se os seus aspectos materiais e discursivos, suas condições de produção, utilizações estratégicas e recepção. Elas passam a ser pensadas, aqui, na sua dupla dimensão: como fonte e como objeto de análise. Perspectiva essa que possibilita percebê-las na sua complexa historicidade e articulações específicas que estabelecem em relação ao moderno. (VELLOSO, 2008. p. 213).

A imprensa ilustrada foi um dos ramos do jornalismo que mais se desenvolveu no Brasil do século XIX, tendo "papel relevante em momentos políticos decisivos, como a Independência, a Abdicação de D. Pedro I, a Abolição e a República".⁶ Nesse período, destaca-se a *Revista Ilustrada* (1876-1898), fundada no dia 1º de maio de 1876, no Rio de Janeiro, por Ângelo Agostini. A *Revista* costumava circular uma vez por semana, aparecendo quase sempre aos sábados. Era formada inicialmente por sete páginas e tratava de assuntos diversos: arte; literatura; fatos cotidianos e policiais; além da política de forma satírica, sendo atuante na defesa de várias causas, destacando-se as abolicionistas.

⁵LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005. P. 132.

⁶LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005. P. 134.

Na edição de inauguração da *Revista*, podemos compreender seus objetivos para com seu público leitor, pois nota-se uma preocupação do periódico em expandir e levar suas ideias, opiniões e informações, prometendo “falar a verdade, sempre a verdade, ainda que por isso me caia algum dente. Quem se zangar comigo, fique certo que perde o seu latim. Estão prevenidos?”.⁷ Isso significa que o periódico trazia estilo e repertório próprios, além de uma oficina própria como veremos na figura a seguir. Por muitos anos, manteve-se sem nenhum tipo de patrocínio, defendendo ideias também republicanas. Dessa forma atingiam um público mais amplo a quem os textos não sensibilizavam, ou sequer eram entendidos, desde os menos letrados até a elite imperial, com preços diferenciados para a corte e para a província.



Figura 1: *Revista Ilustrada*. JAN/1876. Edição 00001.

⁷ Revista Ilustrada. 1º de Janeiro de 1876. P. 2.

Os vários temas abordados apareceram divididos no periódico em colunas, na maioria das edições, de forma fixa, como: “Belas Artes” (divulgação de pinturas); “Pelos Teatros” (divulgação de peças teatrais); “Livro da Porta” (espaço reservado à literatura); “As Aventuras de Zé Caipora” (história em quadrinhos), “Babylonia” (espaço destinado a contos escritos por responsáveis pela publicação da revista). É importante ressaltar que também havia publicações de outros autores, fazendo um balanço dos acontecimentos da semana ou até mesmo artigos de algum tema específico. Apesar dessas divisões entre as diferentes seções, deve-se ressaltar que as colunas e artigos mantinham relações entre si, seja por meio de temas abordados ou pelo compartilhamento de alguns estilos de escrita e imagem. Ou seja, os textos publicados sustentavam vínculos com as demais produções do corpo do periódico.

1.2 As caricaturas e as charges

É importante perceber como a abolição da escravatura foi compreendida e abordada pela *Revista Ilustrada* de forma humorística e satírica, enfatizando as caricaturas e charges. “Ninguém menos do que Joaquim Nabuco e José do Patrocínio atestaram, a época, a importância de Agostini para o sucesso da campanha abolicionista”⁸ em suas charges e caricaturas ricas em detalhes, com ou sem legendas associadas ao texto.

(...) As revistas não podiam mais prescindir do ilustrador, vale dizer, da caricatura. Monica Pimenta Velloso confirma: Considerado verdadeiro arauto dos tempos modernos, o caricaturista ocupa lugar privilegiado nas publicações. Suas charges e desenhos saem nas capas das revistas, nos espaços considerados nobres, assumindo proporções gráficas consideráveis. É comum uma caricatura ocupar uma página inteira e até mesmo seguidas. (MARTINS, 2011. P. 524)

Após colaborar em vários periódicos como o *Cabrião*, *O Arlequim* e *O Mosquito*, Agostini, em 1876, funda a *Revista Ilustrada*. “Sendo o proprietário do semanário, foi o trabalho na *Revista* que lhe conferiu reconhecimento como abolicionista dedicado e republicano incansável. Foi também esse jornal que rendeu ao artista italiano a fama de ter sido um dos pais da caricatura brasileira”.⁹ Começou a trabalhar como caricaturista entre os anos de 1865 e 1870, inicialmente em São Paulo, mudando-se para o Brasil de vez em 1867.

⁸CARDOSO, Rafael. **Projeto gráfico e meio editorial nas revistas ilustradas do Segundo Reinado**. In: KNAUSS, Paulo. MALTA, Mariza. OLIVEIRA, Cláudia. VELLOSO, Mônica Pimenta. (org.) *Revistas ilustradas: modos de ler e ver no segundo reinado*. Rio de Janeiro. Mauad X: Faperj. 2011. P. 36.

⁹BALABAN, Marcelo. **Poeta do lápis: sátira e política na trajetória de Ângelo Agostini no Brasil imperial (1864-1888)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. P. 18.

(...) Sua primeira experiência no Brasil está, portanto, indissolivelmente marcada pela Guerra do Paraguai. Esta produziu no artista uma visão a respeito do país organizada pela ideia de que a escravidão era um cancro que contaminava toda a sociedade. Em outras palavras, foi a vivência dos anos da guerra que o fez representar a escravidão como uma espécie de doença nacional – opinião que, aliás, não foi exclusividade dele. Ao mesmo tempo, ao longo daqueles anos, a guerra fez crescer a desconfiança com relação ao estado imperial, visto como ineficiente e corrupto. Ao denunciar reiteradas vezes os mandos e desmandos dos poderes locais e do poder central. Agostini foi consolidando em seus desenhos a ideia de que, longe do Estado, a imprensa e as ações de natureza privada eram o caminho mais profícuo para a transformação política e social. (BALABAN, 2009. P. 37.)

Nas revistas ilustradas do período, os desenhos humorísticos serviam como referencial, expressando uma reflexão rápida, inusitada e criativa sobre vários temas. Procuravam criar uma identidade com o público ao se mostrarem em conformidade com o que de novo era discutido e vivenciado nas ruas, fosse através de suas matérias e charges ou dos anúncios e artigos.

Na capa da primeira publicação da *Revista Ilustrada*, nota-se que os “repórteres”, representados pelos palhaços, amedrontam políticos e clérigos, enquanto o público se diverte, sendo representado, em grande maioria, por homens brancos de cartolas e apenas uma mulher negra do lado esquerdo inferior. A imagem no centro da publicação nos mostra uma garrafa amarrada junto a um lápis litográfico, uma pena, uma faixa com os dizeres: *Ridendo castigar Mores*, utilizada pelos jornais do período, satirizando os acontecimentos políticos e, por fim, uma palmatória sugerindo uma das funções morais da *Revista*. A pena está apontada para o presidente do Conselho de Ministros, Duque de Caxias, do lado esquerdo, e para um clérigo representando a igreja e o poder executivo do lado direito.

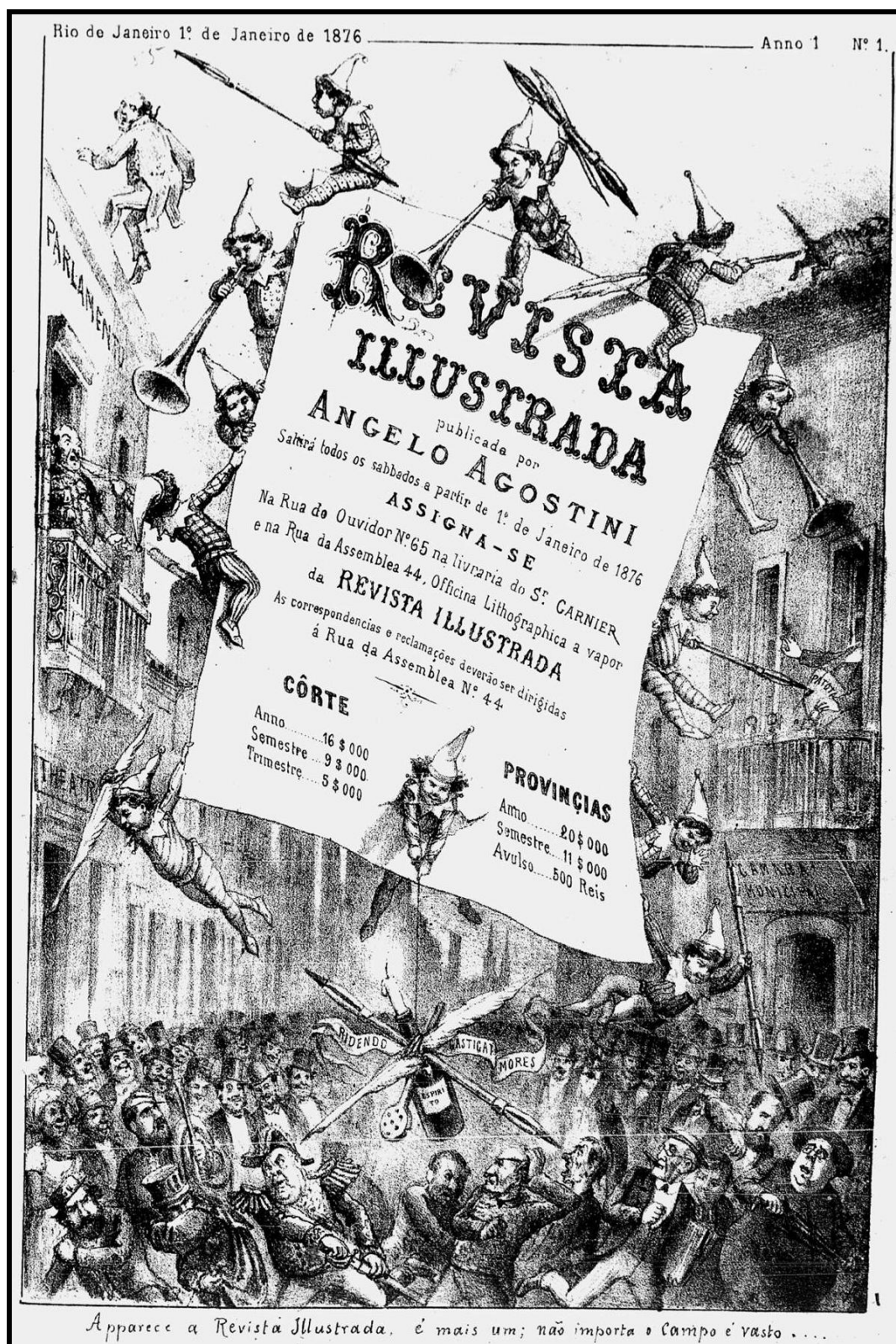


Figura 2: Revista Illustrada. JAN/1876. Edição 00001.

Além disso, também nos é mostrada a questão servil através de uma chargeirônica, na qual quatro senhores bem vestidos puxam um escravo. Do lado esquerdo da charge, está o Sr. Paulino com óculos na face e chapéu na cabeça, arrastando o escravo pela gargalheira, enquanto o Sr. Moreira de Barros, calçado com botas altas, segura com uma mão à chibata e com a outra o arrasta pelo braço. Do lado direito, também puxando o escravo, está o Sr. Prado com óculos na face e segurando a bandeira da abolição com a mão direita e a esquerda puxando o escravo, enquanto que ao seu lado o Sr. Leôncio de Carvalho, com as duas mãos, agarra e puxa o escravo. O escravo, no centro, derrama lágrimas de sofrimento e angústia, com o olhar direcionado aos abolicionistas. Preso por uma gargalheira e correntes no pé e braço direito, também se encontra descalço e com roupas rasgadas. Sua mão direita se encontra fechada na direção dos escravocratas, enquanto a esquerda permanece aberta na direção dos abolicionistas.

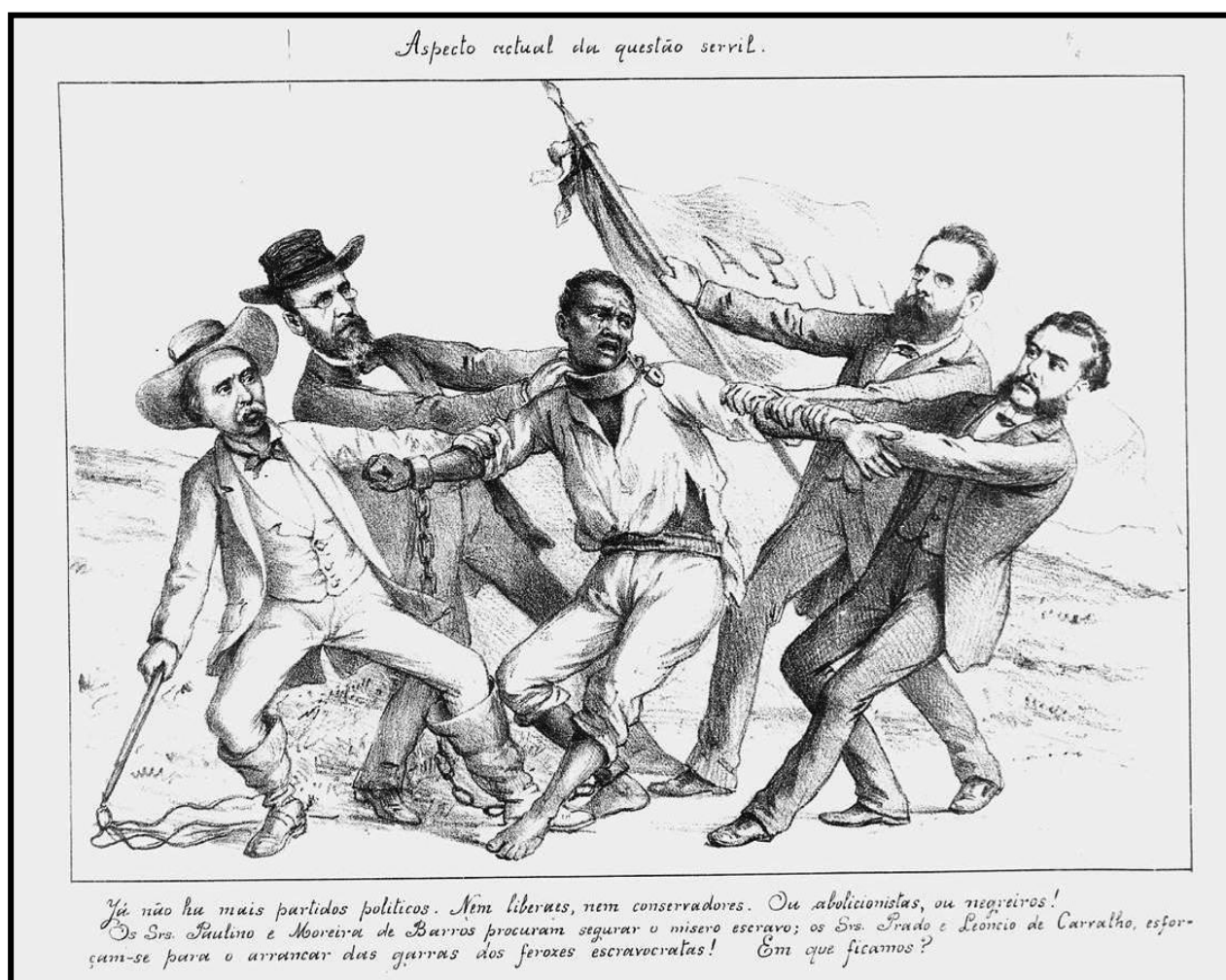


Figura 3: Revista Ilustrada. NOV/1887. Edição 00471.

Portanto, nota-se que o escravo se encontra em uma situação de passividade na qual a ação não é protagonizada por ele, mas por políticos escravocratas e abolicionistas. Os senhores Moreira e Paulino querem o homem para o serviço escravizado, enquanto que os senhores Prado e Carvalho lutam pela libertação e abolição do mesmo. Sendo assim, é possível notar a intenção do caricaturista de informar ao público, os integrantes e defensores do Partido Liberal, representados por Moreira e Paulino, como profissionais urbanos e comerciantes. Enquanto que Prado e Carvalho, representantes do Partido Conservador integram os proprietários agrícolas.

Por outro lado, não podemos deixar de considerar que os negros escravizados também fizeram sua história de lutas pela liberdade ao longo do século XIX. Estes construíam seu próprio mundo, apesar das violências e péssimas condições em que viviam nos cativeiros. De acordo com Chalhoub (1990), ao fazer análise de processos criminais referentes à cidade do Rio de Janeiro, os escravos não eram vazios de consciência, pois notavam e se viam fazendo parte de um comércio de compra e venda no qual a mercadoria eram eles. Além disso, nos mostra que foram muitos os negros que reagiram de forma agressiva contra seus senhores não somente pelo fato de serem escravizados, mas também por irem contra a escravidão nas fazendas de café. Com isso, percebemos que seus atos poderiam ser a prática da negação de serem tratados como coisa, além da afirmação de sua dignidade humana. De acordo com Azevedo (1987), era como se os abolicionistas tivessem incentivado aqueles escravos a se rebelarem e fugirem. Portanto, teriam deixado de ser vítimas passivas ou estavam inaptos a atribuir um sentido político as suas ações, embora manifestassem sua rebeldia.

1.3 Os artigos

As revistas ilustradas publicadas ao longo do século XIX encontravam-se em consonância com a sociedade da sua época. Suas informações, portanto, devem ser tratadas como representações acerca das questões do seu tempo. A imprensa do Segundo Reinado foi marcada, antes de tudo, pela liberdade de expressão, tornando-se um espaço fundamental da manifestação de ideias, opiniões e gostos, através dos “periódicos de diversos tipos e formatos, que, ao lado da política, tratavam de diferentes temas e que, em vários casos, tendiam a buscar um público mais abrangente, com interesses diversificados”.¹⁰ As charges, caricaturas e histórias em quadrinhos se tornaram a marca desse gênero que dialogava com as

¹⁰KNAUSS, Paulo. **Introdução**. In: KNAUSS, Paulo. MALTA, Mariza. OLIVEIRA, Cláudia. VELLOSO, Mônica Pimenta. (org.) *Revistas ilustradas: modos de ler e ver no segundo reinado*. Rio de Janeiro. Mauad X: Faperj. 2011.

notícias escritas, ou seja, artigos publicados por redatores nas colunas da *Revista*. Sendo comum também que textos e imagens aparecessem em páginas separadas, evitando as dificuldades dos processos de impressão distintos. Na *Revista Ilustrada*, os redatores dos artigos publicados eram todos abolicionistas que na maioria das vezes, através de pseudônimos, divulgavam ideias e opiniões de pessoas que tinham o mesmo propósito em defesa do fim da escravidão. O anonimato era uma das maneiras de escrever em periódicos próprios à época. Por exemplo, o redator da maioria das notícias políticas era Julio Verim pseudônimo de Luiz de Andrada; assim como ele havia vários outros pseudônimos: Binóculo; Orlando Pacífico; Edgar Pó e Eugênio Blick. Esse modelo se prolongou até fins do século XIX, justificado por vários fatores, como encobrir a identidade ou até mesmo criar um personagem que despertasse a curiosidade e atenção do leitor, instigando a imaginação, sendo assim, pode ser usado como forma de ocultação, mas ao mesmo tempo de revelação.

O caricaturista Ângelo Agostini utilizava-se das caricaturas para ironizar e levantar questões, além de abrir espaço em suas colunas para a opinião dos leitores como o poeta brasileiro Mucio Teixeira, que em seu poema revela a triste vida de um escravizado:

O CANTICO DA ESCRAVIDAO

Funesta escravidão!...Terrível sorte
A dessa triste raça perseguida,
Que é arrojada aos paramos da morte
Pelos tufões mais ríspidos da vida!...

E dizer que inda existem criaturas
Que escravizam seus próprios semelhantes;
E lhes infligem bárbaras torturas,
Matando-os em suplícios lacerantes!...

O escravo é na pátria um forasteiro,
Curvado sempre ao jugo de opressores;
Arrastando os grilhões do cativeiro;
Leva na alma só lágrimas e dores.

Leva na alma só lágrimas de sangue.
Leva as carnes de látigos feridas;
Até que um dia cai, exausto, exangue,
Como as feras - que morrem esquecidas...

O cativo não acha um peito amigo,
Risos de irmã nem beijos de consorte;
E ou tem de errar nos ermos, sem abrigo,
Ou de rastros, no eito, espera a morte!

A escrava... nem lhe é dado ser esposa!
E, se é mãe: - nas senzalas, as risadas,
Arrancam-lhe o seu filho! E há quem ouse
Violentar-lhe o seu filho... a pancadas!...

E dizer que ainda existem criaturas
Que escravizam seus próprios semelhantes;
E lhes infligem bárbaras torturas,
Matando-os em suplícios lacerantes!...

(TEIXEIRA. Revista Ilustrada. MAR/1888. Edição 00488)

Devemos considerar, portanto, que o texto escrito caminha de mãos dadas com as caricaturas, quando deixa de considerar os escravos como sujeitos ativos de suas próprias histórias “curvado sempre ao jugo de opressores”. Além disso, notam-se como as frases dão ênfase ao sofrimento do escravo que morre em “suplícios lacerantes”, suplicando a ajuda de outras pessoas – abolicionistas – para se livrar do sistema opressor.

1.4 O ano de 1888

Em janeiro de 1888, o Presidente do Conselho de Ministros, Barão de Cotegepe, ameaçou criar um projeto de lei abolicionista, colocando lavradores, senhores e proprietários de escravos temerosos quanto ao fim da escravidão, mostrando-se insatisfeitos diante das notícias publicadas nos jornais. No entanto, a *Revista Ilustrada* conhecedora dos princípios do Barão e das atuais notícias governamentais, publica em suas páginas uma charge, ironizando as saudações realizadas pelo jornal *O País*, diante de tal acontecimento. “E o País que passa

por um jornal de oposição feroz e intransigente, afigurou-se nos um verdadeiro pote de melado oferecido ao El- supremo para ele lambuzar-se todo de satisfação. Não há dúvida alguma que o D. Cotegipe estuda um projeto; mas este, é o de ficar o mais tempo possível no poder”.¹¹

Nesse período, a campanha abolicionista contava com o apoio de vários setores da sociedade que lutavam pelo fim da escravidão. No entanto a indiferença da Princesa Isabel, que assumia pela segunda vez a regência, desde que D. Pedro II foi à Europa para tratamento de saúde, preocupa os abolicionistas e a população, que viam até então na princesa a esperança de uma lei libertadora.

(...) Como as enchentes sagradas do Nilo, pode-se dizer que a maré da dignidade humana, essa aspiração geral de extinguir, na sociedade brasileira o elemento servil, cobre toda a superfície do nosso território.

(...) A indiferença da Princesa, não tem, porém, explicação.

(...) A princesa era como a imagem da esperança, que sorria a essas mães, separadas dos filhos, a essa legião de infelizes, para quem a liberdade natural era uma palavra vã.

(...) Parecia decidida uma reparação ao sombrio passado. Mas passou-se uma semana, um mês, dois e nada. Oh! Todos se sentiram intrigados. E as exclamações começaram a aparecer. (VERIM. Revista Ilustrada. SET/1887. Edição 00465).

No Rio de Janeiro várias tentativas da Confederação Abolicionista, propondo comissões representadas por um vereador de cada freguesia, foram realizadas no intuito de discutir a libertação dos escravos. Com isso a princesa Isabel, mais próxima dos movimentos populares e partidários da abolição da escravatura, assina a demissão do Barão de Cotegipe e nomeia o Conselheiro João Alfredo como o novo presidente do gabinete. Desse modo, foi realizada uma sessão na câmara, propondo medidas urgentes. Uma das propostas foi à libertação da corte até 29 de julho, no aniversário da princesa. Ora, por que manter a escravidão, se na própria constituição do país “logo no artigo 1º ela diz que o Brasil é uma nação independente e livre. Mais adiante declara cidadãos brasileiros todos os que no Brasil tiverem nascido, acrescentando: a lei é igual para todos”.¹² No entanto, não devemos desconsiderar a hipótese de que por detrás dos atos da Princesa Isabel, havia uma campanha política em construção, a fim de atingir também outros objetivos. Suas ações, por exemplo, poderiam indicar a possibilidade de uma continuação para a monarquia, como um terceiro reinado, ou a indicação de que a única solução seria a proclamação da República.

¹¹REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro. 1888. Edição 00482. Pág. 4-5.

¹²REVISTA ILLUSTRADA. **Lei não sancionada**. 1888. Edição 00490. Pág. 7.

Podemos perceber, na imagem a seguir publicada pela *Revista Ilustrada*, a ironia diante de tais acontecimentos. Observamos que há um palhaço sentado em uma cadeira, em posição tranquila e confortável, com as mãos para trás da cabeça, representando os abolicionistas que anseiam a chegada do famoso projeto de abolição, vindo em um trem de São Paulo, quem sabe agora com a demissão do D. Barão de Cotegeipe. No entanto, o palhaço também pode fazer referência ao carnaval nos dando a entender que em época de seriedade com o tema abolição, o carnaval ainda pode continuar através de palhaçadas e risos contra a esperança do povo. Em meio à multidão de pessoas na plataforma de trem, o projeto encaixotado é retirado com todo o cuidado como se ali dentro estivesse a esperança futura do Brasil, para que assim fosse encaminhado e escoltado pela cavalaria da guarda nacional ao Presidente do Conselho de Ministros João Alfredo, para conferência extraordinária com todos os membros do gabinete. No entanto os ministros, após a abertura do projeto, permanecem em segredo como garrafas lacradas deixando todos ansiosos, principalmente os repórteres desesperados e carentes de notícias do dia. Porém não demoraria muito para que essas garrafas estourassem no parlamento e todos ficariam sabendo da explosão de notícias. Três homens vestidos de fazendeiros representam os escravocratas que fazem referência ao projeto como uma bomba de dinamite lançada na lavoura, enquanto que vários outros comparam o projeto como um formicida Capanema aplicado aos escravos. O “Formicida Capanema” foi inventado por um grande cientista brasileiro, Guilherme Schüch Capanema - Barão de Capanema - utilizado bastante na época no combate às formigas saúvas que arrasavam as plantações do país, principalmente as cafeeiras.¹³ A última gravura, a direita, mostra várias pessoas negras, inclusive uma criança, saudando a princesa Isabel, uns de joelhos e outros de pé, todos com as mãos para cima e os chapéus levantados, comemorando as poucas libertações em massa que ocorriam lentamente, junto à esperança de abolição. No entanto, ainda há aqueles resistentes que saúdam e gritam por sustentar o elemento servil como mostram dois dos fazendeiros segurando o chicote. Portanto, a *Revista* mais uma vez ironiza, dizendo que, se os tais fazendeiros da serraria forem sustentar o elemento servil a peru e vinho do Porto eles teriam seu apoio, como podemos notar na imagem eles servindo os escravos na mesa. Por fim só restam rir e caçar destes fazendeiros pândegos.

¹³COSTA, Edilaine Vieira. **Nos tempos de Capanema*, a saúva e os direitos de monopólio.** In: Cadernos de História da Ciência. Vol. 7. Nº 1. São Paulo. Jan/Jun 2011.

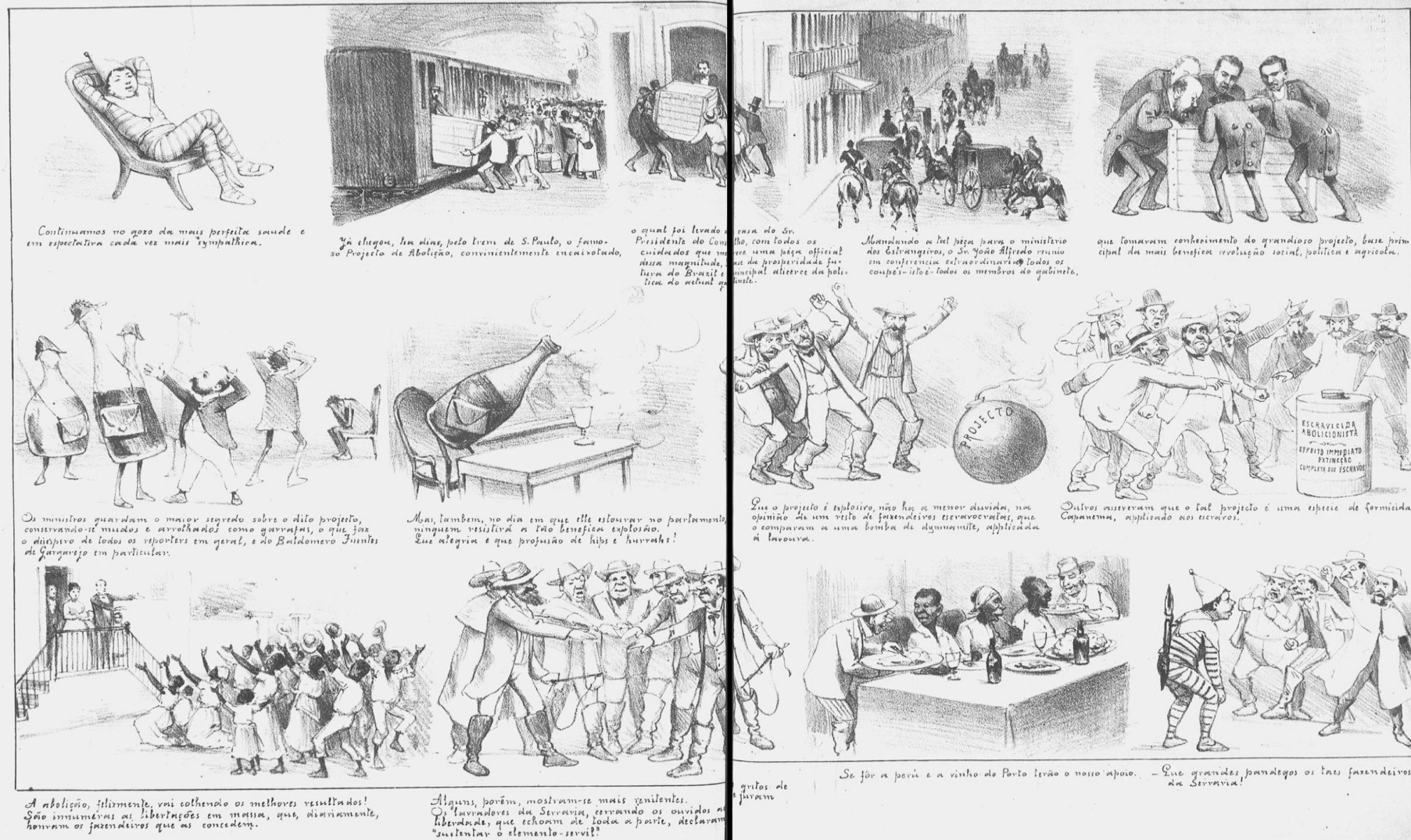


Figura 4: Revista Ilustrada. ABR/1888. Edição 00495. Pág. 4-5

Diante dos acontecimentos e rumores, as ruas do Rio de Janeiro se tornaram cada vez mais movimentadas pelo povo em busca de informações. No dia 3 de maio de 1888, “era enorme a multidão, que estacionava nos arredores do senado, esperando a herdeira da coroa.”¹⁴ Os abolicionistas Dantas, Nabuco e Affonso Celso Jr, com grande entusiasmo e contentamento geral, discursaram sobre o projeto abolicionista.

(...) O Sr. Conselheiro Dantas, em um inspirado improviso, historiou, rapidamente, o movimento abolicionista e os esforços que desenvolveu em prol d’ele. Terminou dizendo:

___ Façamos um armistício a todas as nossas questões, a todas as nossas divergências e tratemos só da abolição, porque ela representa o futuro e a grandeza de nossa pátria!

Bravos e palmas cobriam as últimas palavras do insigne orador. Seguiu-se com a palavra Joaquim Nabuco que começou assim:

___ O Sr. Conselheiro Dantas acaba de dizer a verdadeira palavra da situação pedindo um armistício!

Depois de ligeiras considerações concluiu:

___ Os exércitos inimigos faziam um armistício, para enterrar os mortos e não é muito que os partidos façam um armistício, para enterrar a escravidão!

Estrepitantes aclamações se levantaram, de todos os lados, assim como muitos vivas a Joaquim Nabuco. Falou ainda o talentoso deputado Sr. Affonso Celso Junior, que disse que fossem quais fossem os óbices postos a ideia abolicionista, ela seria vencedora na lei, como já o era nos corações. A abolição, concluiu o orador, era, a princípio, uma lágrima, a qual muitas outras se juntaram, formando um fio imperceptível, que foi engrossando, que se transformou em regato, em rio, em oceano e em dilúvio! Sobre este, boiava a arca santa da igualdade humana! Com entusiasmo delirante foram ouvidas e cobertas de aplausos as belas palavras do Sr. Affonso Celso Junior. Do largo, em frente do Senado, falaram ainda do povo, em temos arrebatadores, os Srs. José do Patrocínio e João Clapp, dois heróis de todas as horas e dos postos mais perigosos, na árdua campanha abolicionista. Finalmente, não há memória de uma abertura de sessão, como a de anteontem. Pode-se dizer que a Abolição foi proclamada! Parabéns ao Brasil! (VERIM. Revista Illustrada. MAI/1888. Edição 00496).

Finalmente no dia 13 de maio de 1888 deu-se fim a escravidão no Brasil. A população do Rio de Janeiro foi às ruas comemorar, após ouvir o tão esperado discurso da Princesa Isabel ao assinar a lei da abolição da escravatura. Em um de seus discursos, ela relembra o saudoso pai e Imperador do Brasil, D. Pedro II, dizendo que “seria hoje o dia mais feliz de minha vida, se meu extremoso pai não se achasse enfermo; mas espero em Deus que em breve ele regresse bom a nossa pátria”.¹⁵ Aqui podemos ver mais uma propaganda em torno da

¹⁴REVISTA ILLUSTRADA. 3 de maio de 1888. Edição 00496. Pág. 3.

¹⁵ REVISTA ILLUSTRADA. O Dia 13 de Maio de 1888. Edição 498. Pág. 2.

continuidade da monarquia, enfatizando a importância daquelas pessoas para a libertação dos escravos. Alguns representantes da *Revista*, como Ângelo Agostini, Luiz de Andrade, Pereira Netto, Fritz Harling, João Joaquim Mendes e Julio Harling também publicaram, por meio da palavra escrita, seus sentimentos diante do fato.

(...) PATRIA LIVRE!

Desde o dia 13 de Maio, às 3 da tarde, que raiou para o Brasil uma era nova! A integridade nacional é, hoje, um fato, tornando em realidade o artigo primeiro da nossa Constituição, que diz: “O Brasil constitui uma nação livre e independente.” Com orgulho, podemos levantar a cabeça e encarar as nações livres do nosso continente e do mundo e fraternizar com elas, pois a palavra escravo deixou, também, de ter significação, na língua que falamos. Uma grande glória temos a escrever em nossos anais: o Brasil extinguiu a escravidão, como nenhum outro povo, asfixiando-a num dilúvio de flores, ao som dos hinos festivos, aos vivas da multidão, derramando lágrimas de júbilo sobre a raça redimida e levantando um altar ao esquecimento! Glória aos propugnadores da grande reforma! Somos, finalmente, um povo livre! (*REVISTA ILUSTRADA*, MAI/1888. Edição 00498).

A *Revista Ilustrada*, na imagem a seguir, revela seu entusiasmo e satisfação com a vitória abolicionista. Percebe-se, na ilustração, a frente da redação de Ângelo Agostini toda enfeitada, recebendo a saudação de várias pessoas. Além disso, estão expostas três bandeiras, sendo que uma representa o Império e outra a República Argentina, dando a entender a classificação do Brasil dentre os países modernos e sua igualdade perante a Argentina. Duas placas também são postas, lembrando as leis que tentaram impedir o avanço da escravidão, ou seja, a lei de 7 de novembro de 1831 (Lei Eusébio de Queirós) que proibia o tráfico de escravos para o Brasil e a lei de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre) que dava liberdade aos filhos nascidos das escravas a partir daquela data. Distribuídos em placas menores há os nomes dos principais personagens responsáveis pela campanha, sendo eles: José do Patrocínio (abolicionista negro), Joaquim Nabuco (político abolicionista), João Clapp (Líder da Confederação abolicionista) e o Senador Dantas (redator da Lei Áurea e chefe do ministério). No centro há uma placa coroadada em tamanho maior e de destaque com os dizeres “LEI de 13 de MAIO de 1888 É DECLARADA EXTINTA A ESRAVIDÃO NO BRASIL”. No meio da multidão que festeja a vitória abolicionista, não notamos a presença de nenhum escravo. Mesmo defensores da abolição, seriam os negros considerados pelos próprios abolicionistas como pessoas despreparadas, inferiores ou passivos? Parece que há uma preocupação em demonstrar a pátria livre junto ao engrandecimento dos nomes de quem colaborou com o fato.



A Revista durante os festejos comemorativos da Abolição.
 — Galtariamos a mais sagrada das chapas, se, antes de encelarmos a reprodução dos festejos, não gravassemos, nesta primeira página, os nossos agradecimentos a todas as sociedades, corporações e classes, que tanto nos saudaram durante essas festas!

Figura 5: Revista Ilustrada. MAI/1888. Edição 00498. Pág. 1.

A *Revista* também faz uma homenagem em suas páginas saudando a todos os políticos abolicionistas: Senador Dantas, Senador João Alfredo, Senador Cruz Machado, Deputado Ferreira Vianna, José do Patrocínio, Senador Viera da Silva, Deputado Rodrigo Silva, Senador Thomaz Coelho, João Clapp, Deputado Costa Pereira, Desembargador Lucena, Senador Antônio Prado, Joaquim Nabuco e, é claro, em especial a Princesa Imperial Regente Isabel.¹⁶

Porém, a escravidão não acabou da noite para o dia. Embora a lei não permitisse mais a escravidão no Brasil, os negros continuaram sendo explorados como escravos principalmente por fazendeiros e grandes proprietários. De acordo com Albuquerque (2009), muitos senhores tiveram dificuldades em aceitar a lei, pois continuaram prendendo e espancando ex-escravos. No entanto, isto acontecia, com mais frequência, em lugares distantes das notícias. Desta forma “as denúncias da imprensa foram fundamentais para a garantia da liberdade. Poucos dias depois da abolição, periódicos abolicionistas se colocavam a disposição dos libertos para publicar qualquer queixa contra ex-senhores que cerceassem a liberdade ou os tivessem castigado no dia 13 de maio.” Mas o que estes senhores temiam? Talvez o que os assombrava, além da falta de substitutos para o trabalho, fosse o medo da onda negra, tratada por Azevedo (1987), o medo de que, após a liberdade dada, os negros não teriam interesse em continuar seus trabalhos nas fazendas, sendo donos do seu próprio tempo. Segundo Albuquerque (2009) com o final da escravidão, os senhores perdiam poder sobre outras pessoas, não tinham mais o direito de negociar sobre a vida dos outros. A alforria/liberdade havia sido concedida pelo Estado e não por um favor senhorial.

E agora? O que seria destes escravos? Junto à liberdade viriam às incertezas sobre o futuro. A felicidade entre os ex-escravos era geral, mas ninguém sabia o que iria acontecer no outro dia. Estavam livres, mas sem nenhuma garantia de emprego ou qualquer coisa que garantisse a sua sobrevivência. O trabalhador negro era lançado no mercado de trabalho livre em condições desiguais, sem abrigo, pobre e analfabeto, sujeito a preconceitos e todos os tipos de dificuldades. Então qual seria a liberdade que esses escravos teriam? Talvez a autonomia de escolher a quem servir ou de escolher não servir a ninguém. Talvez uma fuga não ao trabalho como um todo, mas sim ao trabalho sem recompensa. Será que estes ex-escravos apagariam de suas memórias todos os maus tratamentos que haviam sido submetidos

¹⁶REVISTA ILLUSTRADA. *Homenagem da Revista Ilustrada ao dia 13 de maio de 1888*. 1888. Edição 00498. Pág. 4-5.

por seus senhores? Após a notícia de que todos os escravos do Brasil estavam livres a capital ficou em festa.

(...) Embora a abolição não tivesse sido a tempestade avassaladora como disseram os mais alarmados ou ficcionistas, o clima de paz exaltado em muitas reuniões dos abolicionistas foi ilusório. Poucos dias depois do dia 13 de maio de 1888, o Ministério da Justiça recebeu de diversas províncias comunicados e pedidos de ajuda para serenar os ânimos, ou conter um “perigoso estado eufórico”. Era a euforia dos libertos, a insatisfação dos fazendeiros, as contendas entre ex-escravos e ex-senhores, as disputas entre liberais e conservadores a promover o que mais assustava os poderes públicos: a desordem. (ALBUQUERQUE. R. Wlamyra. 2009. P. 95).

A *Revista Illustrada*, portanto, contribuiu com a sociedade da época fornecendo importantes informações ao público leitor, através das notícias correntes na cidade. Para isso utilizou-se de vários recursos como charges, caricaturas, artigos e outros para divulgar suas ideias e opiniões, principalmente em defesa de seus propósitos abolicionistas. Estas charges e caricaturas tornavam o texto mais atraente ao público leitor, unindo o desenho humorístico a sátira e a palavra impressa.

CAPÍTULO 2

A VIOLÊNCIA NA REVISTA ILLUSTRADA

2.1 Violência e literatura

A violência ocorrida no século XIX sempre apareceu registrada de várias formas na imprensa periódica. Romances traduzidos ou nacionais versaram sobre crimes bárbaros, misturando realidade com ficção. Esses romances se transformavam rapidamente em edições sob o formato de livros, que foram vendidos pelos jornais para coleções. “A publicação de uma literatura de crime foi intensa a partir da década de 1870 e esteve inserida entre a obra de ilustres escritores desconhecidos da atualidade e também em obras de escritores consagrados já naquela época, brasileiros e estrangeiros.”¹⁷ No Brasil, as narrativas de crime sofreram grande influência da produção europeia. Era comum nos jornais brasileiros do século XIX, encontrar traduções de autores estrangeiros, pois havia uma intenção de conquistar leitores, a partir de uma referência de leitura/autores já existentes na Europa e, em especial, na França. Dessa forma, a literatura de crime constituía-se num ingrediente certo para conquistar esse tão almejado público.

As ideias científicas junto às novas tecnologias utilizadas pela imprensa influenciavam a população da época. Alguns jornalistas preenchiam os jornais com a invenção de detalhes excêntricos e utilizando-se de uma linguagem bastante peculiar com o intuito de embelezar a notícia, causando sensação ao público e garantindo a venda de muitos exemplares do jornal. Ou seja, os escritores acabavam adaptando suas histórias, abrindo mão da realidade, a fim de obter mais sucesso entre os leitores. É claro que outras narrativas também fizeram parte desse mercado editorial, no entanto, as histórias de crimes foram uma parte relevante, pois interessou grande parte da imprensa e do público leitor. Essas narrativas poderiam algumas vezes até se transformar em livros independentes.

O quadro que se pintava aos poucos naqueles intensos anos 1860 é impensável sem a presença da imprensa, com as notícias cotidianas e rápidas dos jornais diários. Era em decorrência da proximidade das reportagens diárias, da descrição de eventos múltiplos sobre a tela efêmera do papel descartável do jornal que os escritores buscavam inspiração para as suas histórias consideradas sensacionais. Assim, se por um lado afastavam-se dos romances realistas que forneciam a pauta crítica do momento, era através das reportagens “reais” e cotidianas que a “sensação” encontraria terreno fértil para se fixar e fazer um enorme sucesso de público. (PORTO, 2009, p.81).

¹⁷PORTO, Ana Gomes. **Memórias de um condenado e mistério da tijuca, romances de crime**. 2011. P.34.

Nos jornais, as colunas dedicadas às notícias de crime recebiam uma variedade de títulos que faziam referência ao motivo da violência. Através de fontes como os manuscritos de processos criminais, impressos oficiais e jornais da época, é possível perceber como a sociedade se pensava, se estruturava e quais eram os seus interesses. Segundo Chalhoub (2008), em meados do século XIX, na transição do trabalho escravo para o livre, as elites brasileiras enfrentaram o problema da necessidade de se reajustar e adequar sua visão as transformações socioeconômicas que estavam acontecendo. Com a abolição da escravatura, houve a separação entre o trabalhador e sua força de trabalho. No entanto, com o surgimento do trabalhador livre começou-se a vender sua capacidade de trabalho que acabou gerando medidas que obrigavam o indivíduo a trabalhar. Daí a necessidade de construir uma nova ética do trabalho. Em primeiro lugar, com a noção de que o trabalho era o elemento ordenador da sociedade e, depois, considerando a relação que se acreditava existir entre o trabalho e a moralidade. A elaboração do conceito de vadiagem também teve participação nesse processo de construção da ideologia do trabalho, dando a entender que de um lado havia o mundo do trabalho/trabalhador e de outro o mundo da vadiagem/crime. “As necessidades do nascente Estado pouco teriam a ver com ideais liberais exóticos, concentrando-se as elites nas tarefas imediatas de manter obedientes e ordeiras as massas oprimidas de escravos e homens livres pobres.”¹⁸

É importante entender que todas essas mudanças afetaram a sociedade em geral. No Rio de Janeiro questões do cotidiano começaram a contribuir com o aumento das tensões e dos conflitos como a competição no trabalho por meio de lutas entre imigrantes e nacionais. “Cria-se assim uma situação altamente competitiva para os membros da classe trabalhadora, pois o mercado de trabalho assalariado em formação na cidade não tem condições de absorver esta mão-de-obra abundante.”¹⁹ Entre as rivalidades étnicas e nacionais, a existência de ressentimentos das relações da escravidão entre brancos e negros eram destaques.

Nestes conflitos narrados pela imprensa em geral havia a presença de criminosos, vítimas e agentes da polícia que “numa perspectiva liberal, fazia parte das instituições do progresso moderno, parte pouco significativa da história de um Estado que se fazia melhor, mais racional e democrático. Numa perspectiva marxista, fazia parte do arsenal repressivo,

¹⁸BRETAS, Marcos Luiz. **A polícia carioca no império**. 1998. P. 2.

¹⁹CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008. P. 74.

agindo sob as ordens de um Estado ou de uma burguesia opressora.”²⁰ A polícia era responsável pelo patrulhamento na cidade além de controlar as estradas e problemas relacionados aos escravos fugitivos. A relação entre policiais e trabalhadores era conflituosa, pois na maioria das vezes era utilizada a força e coerção a fim de controlar e instaurar a ordem e o sossego público.

A polícia também aparecia nas narrativas dos jornais através das notícias de crimes. Sua imagem era, na maioria das vezes, associada a instrumentos de controle e coerção. No entanto, de acordo com Bretas (1998), deve-se pensar também que, em muitos casos, a polícia se tornou vítima do recrutamento forçado, além de serem ignorados e esquecidos de sua condição humana. O número de policiais no império era inferior ao de ocorrências na cidade do Rio de Janeiro, pois havia uma forte resistência de ingressos na profissão policial. Além do mais, os policiais eram recrutados e controlados até mesmo para dificultar o abandono da profissão ou a tentativa de fugir dos recrutamentos.

Quem não dispunha de meios para questionar o recrutamento dependia de circunstâncias posteriores para tentar escapar, mas a única chance de atendimento do pedido - que se torna mais comum a partir da década de 1840 - parecia ser quando o policial podia oferecer substituto. As explicações variadas que eram oferecidas podiam até ser aceitas, mas a dispensa de fato só era dada com a condição de apresentar substituto. Mesmo desertores podiam se submeter a essa condição: os irmãos portugueses Antônio Francisco Ribeiro e José Antônio assentaram praça em 18 de novembro de 1841 - não há menção se voluntariamente - e desertaram no dia seguinte, sendo encontrados trabalhando nas Imperiais Cavalariças. Um ano depois o comandante informava que eles poderiam ser substituídos caso apresentassem substituto isento do serviço de primeira linha e que aceitasse se engajar por dois anos. Não podia ser por um ano, como pediam os irmãos, porque a polícia temia engajar portugueses que em seguida desertassem e tivessem facilidade de deixar o país. (BRETAS, 1998, p. 12).

Dessa forma, vemos como a questão da violência aparecia nas discussões cotidianas da população e como também estava presente nas leituras disponibilizadas pela imprensa. Quando levada para a imprensa, havia a utilização de uma linguagem específica, que beirava ao absurdo, abrindo mão de relatórios frios e imparciais. As narrativas de crime foram essenciais para o funcionamento dos jornais que adaptavam ou inseriam detalhes em suas publicações, a fim de causar sensações e garantir a venda de vários de exemplares. A sociedade do período vivia grandes transformações socioeconômicas que influenciaram no aumento das tensões e dos conflitos envolvendo criminosos, vítimas e agentes da polícia. O escravo que passou a ser trabalhador livre sofreu com a construção da nova ideologia do

²⁰BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. **A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas**. 2013. P. 163.

conceito de trabalho, além dos resquícios de ressentimentos das relações entre brancos e negros. Com isso, a relação entre policiais e trabalhadores se tornou cada vez mais conflituosa, tendo em vista a utilização da força e da repressão. No entanto, deve-se considerar que a profissão de policial também passava por grandes desafios, como o controle e a pressão que estes policiais estavam submetidos, além da dificuldade de dispensa ou exoneração do cargo.

2.2 A representação da violência

Vários autores argumentam sobre a autonomia da literatura em relação à sociedade, colocando em questão suas representações fidedignas e neutras da realidade ou como consequência de um embate social do qual fazem parte, mesmo parecendo não fazer. Chalhoub e Pereira (1998), são contrários à determinadabibliografia que argumenta a respeito da autonomia da literatura com relação à sociedade. Defendem que a literatura e seus veículos de divulgação, como jornais, revistas e livros, estão plenamente inseridos em seu tempo, discutindo a respeito das principais temáticas que interessavam em sua época de produção. Por isso, são fontes interessantes para saber sobre os debates que enfrentaram a sociedade que viveu no século XIX. No entanto é necessário analisar e investigar os sentidos que a literatura traz em suas narrativas, interrogando a forma que cada autor expõe suas intenções e as representam, ou seja, “a proposta é historicizar a obra literária, inseri-la no movimento da sociedade” em busca “da forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social – algo que faz mesmo ao negar fazê-lo”.²¹

A *Revista Ilustrada* comportava espaços dedicados à literatura, tendo em vista a importância da linguagem ficcional ao longo do século XIX, especialmente quando se tratava da divulgação de crimes, conforme vimos anteriormente. Violência e notícias de crime apareciam em reportagens que ganhavam cada vez mais espaço. Isso não significa que aquela era uma sociedade que baseava suas relações na violência, mas que essa era uma questão que interessava aos leitores da época. Assim é possível analisar uma parte bastante interessante da *Revista Ilustradae* saber mais, não só a respeito do periódico, como também sobre os interesses de seus leitores. Os títulos dos artigos publicados na *Revista* vinham registrados em poucas palavras e de forma aparentemente informativa. Esses títulos às vezes continham frases com pontos de exclamação que davam a sensação de indignação por parte do escritor,

²¹CHALLHOUB, Sidney e Leonardo Affonso de Miranda Pereira (org.). Apresentação. In: **A História contada: Capítulos da história social da literatura no Brasil**. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira. 1998. P. 7.

oferecendo ao leitor a sensação de proximidade com o universo popular. A linguagem também era próxima a das ruas numa tentativa de aproximar escritores de leitores.

No artigo “Pequenos erros”, encontrado na *Revista*, podemos perceber como a polícia é vista pelos redatores e pelo povo. São agentes despreparados para os atentados, crimes e roubos que acontecem na cidade. A indignação por parte da *Revista* do povo é total ao nos relatar a demora da polícia em chegar para conter o conflito que ocorria entre vaqueiros. Sendo que, após chegarem, depois que tudo já havia sido resolvido, entraram nas casas dos desordeiros e abusaram da violência contra os mesmos, deixando a rua impossível de transitar. Com isso, notamos que a polícia, conforme a imagem passada pelo periódico analisado, parecia despreparada para resolver os assuntos da população, além de se julgarem detentores da força e abusarem de autoridade policial, deixando a responsabilidade e culpabilidade recair sobre a população.

... Quem torto nasce...

Tal foi a observação, que nos acudiu a mente, lendo a notícia da grande desordem da rua Riachuelo, provocada pelos excessos da polícia.

Um pequeno conflito, entre homens do povo, da espécie mais laboriosa, uns pobres vaqueiros, pela intervenção indébita da polícia transformou-se em verdadeira conflagração, com atentados revoltantes, tais como invasão de domicílios, ferimentos graves, espancamentos de pessoas inofensivas.

Três ou quatro vaqueiros, travaram-se de razões e estabeleceram um pequeno conflito, que acabaria, instantaneamente, com a prisão dos delinquentes.

Ao contrário disso, a polícia brilhou pela sua ausência, deixando o tumulto avolumar-se, e quando a questão estava liquidada, entre as partes, a troca de algumas pauladas e socos, quando cada qual se retirava para casa, trazendo na testa, sob a forma de galo, ou nas ventas, sob a de açorda, os troféus da vitória, chega a polícia e reacende o conflito, a força de espadeiradas e de correrias, a pata de cavalo. Ora, isto é intolerável.

Na sua fúria de batalhar, praças de cavalaria entraram pelas casas dos vaqueiros, ferindo a diversos, e pondo em tal alvoroço a rua, que até o trânsito dos bondes ficou interrompido, por muito tempo.

Todas as provas dos desregramentos da polícia e da autoridade que a dirigiu, tem sido recolhidas, e são, deveras comprometedoras.

Resta que as autoridades superiores, que, com o péssimo pessoal, de que ainda dispõe não puderam obstar a esses desvios, deem agora providências, de ordem a não se reproduzirem essas cenas de barbarismo.

Contamos que isso seja feito, sofra quem sofrer, quando não, será inútil qualquer reforma no serviço policial, tão mau, tão desacreditado, tão deprimente, para os créditos de um povo civilizado.

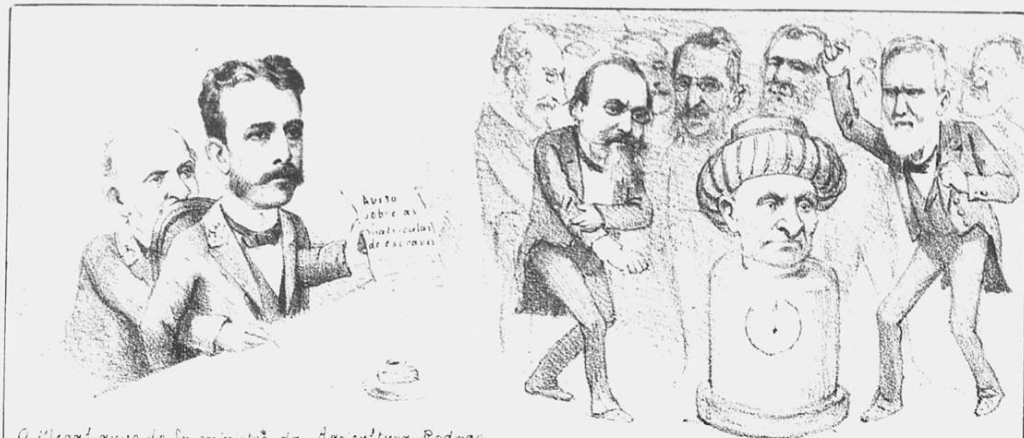
(DOMINÓ. Revista Ilustrada. ABR/1888. Edição 00492)

É possível observar, por meio dessa citação, como a *Revista Ilustrada* construía o seu posicionamento contrário à força policial. Para tanto, abusava das descrições e de uma linguagem que misturava ficção e realidade. O texto pretendia ser informativo, mas continha características dos romances de folhetim aos quais o público leitor dessa e de outras revistas já

estava mais do que acostumado àquela época. Com essa notícia, a *Revista Illustrada* constrói dois lados bastante distintos: a polícia – que só servia para atrapalhar – e a população.

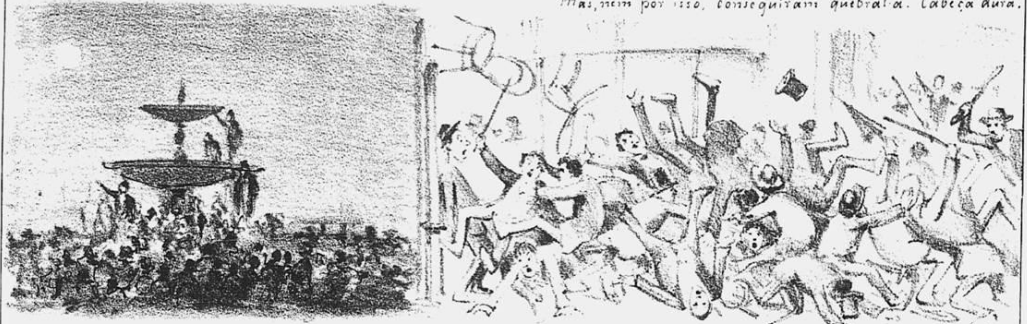
A violência também era praticada por policiais contra abolicionistas. Em uma charge da *Revista* (inserida na página seguinte), podemos ver a dificuldade da confederação abolicionista de realizar seus motins. Indignados com a posição do Sr. de Cotegipe a favor da escravidão, os abolicionistas se reúnem no Largo da Lapa, onde sobem em um chafariz para realizarem seus discursos. Com a movimentação e a participação do povo cada vez maior junto ao frio da noite que se aproximava, os abolicionistas convidam todos que estivessem ali presentes a se dirigirem para um teatro, a fim de buscar proteção e segurança. No entanto, nesse teatro, os agentes da polícia chegam e, sem motivo aparente, levam a desordem e interrompem a reunião. Começa-se um empurra-empurra, cadeiras e chapéus são jogados para cima e sombrinhas são usadas como armas. Após a confusão, a confederação abolicionista, sem saber para onde ir, acaba escolhendo o Campo da Aclamação, um parque situado no centro do Rio de Janeiro, na Praça da República. Porém, são mais uma vez surpreendidos pela polícia que os expulsam com sua cavalaria. Os agentes da polícia chegam montados em seus cavalos no meio da multidão, dando chutes, pisoteando e empinando os cavalos com a maior rebeldia e violência. Seria esta a maneira da polícia manter a ordem? Dessa forma, podemos ver como o governorespeitava o direito de reunião e opinião, pois estes motins eram realizados pelos abolicionistas no intuito de defenderem suas causas. Por outro lado, eram muito perseguidos pelos agentes da polícia sob a ordem das autoridades que queriam acabar com estes motins, justamente por ser um meio pelo qual o povo expressava suas opiniões e manifestava seus descontentamentos.

O aviso negroiro sobre a matricula de escravos.



O ilegal aviso do Sr. ministro da Agricultura Rodrigo Silva, mandando reescrever milhares de creaturas humanas, que outro aviso do ex-ministro Pinho basculou sobre a lei, tinha declarado livres, da uma triste ideia do actual ministro que se presta as loucas incoherencias do Sr. de Colômbio.

Este acto ilegal do governo negroiro, deu occasiao a que a maioria do Senado votasse o Sr. Presidente do Conselho como um turco, arrastando-lhe na cabeça uns 25 murros bem puchados. Mas, nem por isso, conseguiram quebral-a. Cabeça dura!



A Confederação Abolicionista, indignada contra os instinctos negroiros do governo, convida o povo a um meeting no Largo da Lapa. Os patriotas se apresentam em massa. Do alto do Chafariz, quarenta discursos foram feitos sobre os cidadãos que, ao terminar o meeting, retiraram-se em boa ordem.

A Confederação Abolicionista, não querendo, talvez, sujeitar o povo a constipações apertadas ao Sereno, transfere os seus meetings para um theatro, onde a policia teve fôrça de representar o seu papel de desordeira. Um espantoso chifum, feito pelos agentes de policia, interrompeu o meeting e o povo retirou-se indignado, mas pacifico diante os bandos policiaes.



A Confederação Abolicionista não sabendo mais para que terreno appellar, escolheu o Campo da Accelimação e convidou o povo para novo meeting e desta vez de dia, em pleno sol. Ah!, o governo quis dar uma prova de seu respeito ao direito de reunião, mandando dispersar o povo a paças de cavallo. Viva a Constituição!

Figura 6: Revista Ilustrada. AGO/1887. Edição 00462.

A questão da violência apareceu na *Revista Ilustrada* não apenas quando se tratava de reprovar uma suposta incompetência policial, mas também para reprovar o sistema escravista. Em um artigo intitulado “Assassinatos de escravos”, percebemos como alguns escravos eram mal tratados e violentados até a morte. Esse caso ocorreu na província do Rio de Janeiro, em Santa Maria Madalena. Um senhor de escravos teria conseguido capturar quatro fugitivos de sua fazenda e mandado açoitá-los com chicotes, prender nos troncos e dar bolos nas mãos e pés dos infelizes. Essa prática consistia em dar pancadas com a palmatória nas palmas das mãos estendidas, provocando equimoses e ferimentos no epitélio delicado das mãos. Estes escravos acabaram mortos diante de tanta crueldade. E o senhor acabou foragido da polícia inclusive tendo ajuda de outros fazendeiros da região que discordavam da polícia e, supostamente, ignoravam a Lei dos Sexagenários, promulgada em 28 de setembro de 1885, que garantia liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade, e a Lei do Ventre Livre, promulgada em 28 de setembro de 1871, que garantia liberdade a todos os filhos de mulheres escravas nascidas a partir da data em questão. Além da violência física, os negros sofriam violência moral. Eram identificados pela cor e tratados como objetos ou até mesmo animais.

(...) Relatam, pois, os jornais que, há dias, um senhor de escravos, de nome Davino, homem formado, tendo posto a mão sobre quatro infelizes, que haviam fugido para casa de seu sogro, mandou-lhes aplicar açoites, prendê-los nos troncos, e dar cinco dúzias de bolos, nas mãos e nos pés das suas vítimas.

Todos esses escravos faleceram, vítimas dos maus tratos, e com as carnes dilaceradas pelos bárbaros castigos.

São, pois, homens d'esses que, pela covardia dos poderes públicos, tem direito de vida e de morte, sobre criaturas indefesas, e que se dão ao prazer satânico de as matar sobre o açoite.

Entre as vítimas está um velho de 65 anos e uma criança de 15.

Isto brada aos céus!

Depois de muito maltratados esses escravos, o Dr. Davino mandou prendê-los no tronco, e ali num suplício que se não descreve, veio à morte libertá-los das garras desta fera humana.

A notícia de tantos horrores transitou logo, vendo-as as autoridades forçadas a intervirem, talvez bem contra sua vontade. Mas, o que é certo, é que se fez exumação dos míseros corpos, descobrindo-se todas as provas do crime.

Ao mesmo que a autoridade se movia, constou que alguns fazendeiros davam todo o apoio ao Dr. Davino, tentando embarçar a ação da justiça.

Não o conseguindo, então, deram-lhe escapula, conduzindo o Dr. Davino num trole, não se sabe para onde.

Quando a autoridade o procurou, provavelmente o criminoso já ia longe!

É uma cena completa de selvageria, mas temos fé que alguém há de pedir contas disto ao governo, e que este há de ver-se obrigado a procurar o criminoso.

(MARCIAL. Revista Ilustrada. OUT/1887. Edição 00468)

Não podemos pensar que a violência no século XIX era praticada somente por policiais despreparados e sem o respeito da população. Além disso, as vítimas nem sempre eram passivas e sem direitos. Em alguns casos, nota-se na própria *Revista* que o povo também reagia diante de fatos e acontecimentos contrários aos seus princípios morais. No artigo “O crime do campo de Santana” isto se torna mais visível, quando se relata o fato de um gatuno que, ameaçando policiais com uma pistola em praça pública, recebe ordem de prisão. No entanto, um dos policiais ao tentar segurá-lo por trás acaba sendo visto e atingido por dois tiros vindo a falecer no dia seguinte. O policial só tentava manter a ordem e cumprir seu dever o que fez com que a população se revoltasse contra o gatuno que “foi preso e a muito custo á polícia conseguiu livrá-lo da sanha do povo indignado que gritava: Matem, matem esse malvado!”²² A imagem mostra o falecido sendo sepultado e a foto do assassino a direita sendo divulgada. Abaixo e a direita, vemos o capitão do corpo policial Domingos José Gonçalves vestido com uma calça mais clara e de cavanhaque. A sua frente, o sargento Arão lhe defendendo das ameaças do gatuno. No centro da imagem, o assassino bem vestido e armado dispara contra o sargento Nery a queima roupa. A população em volta se mostra tensa e com medo das ameaças do gatuno.

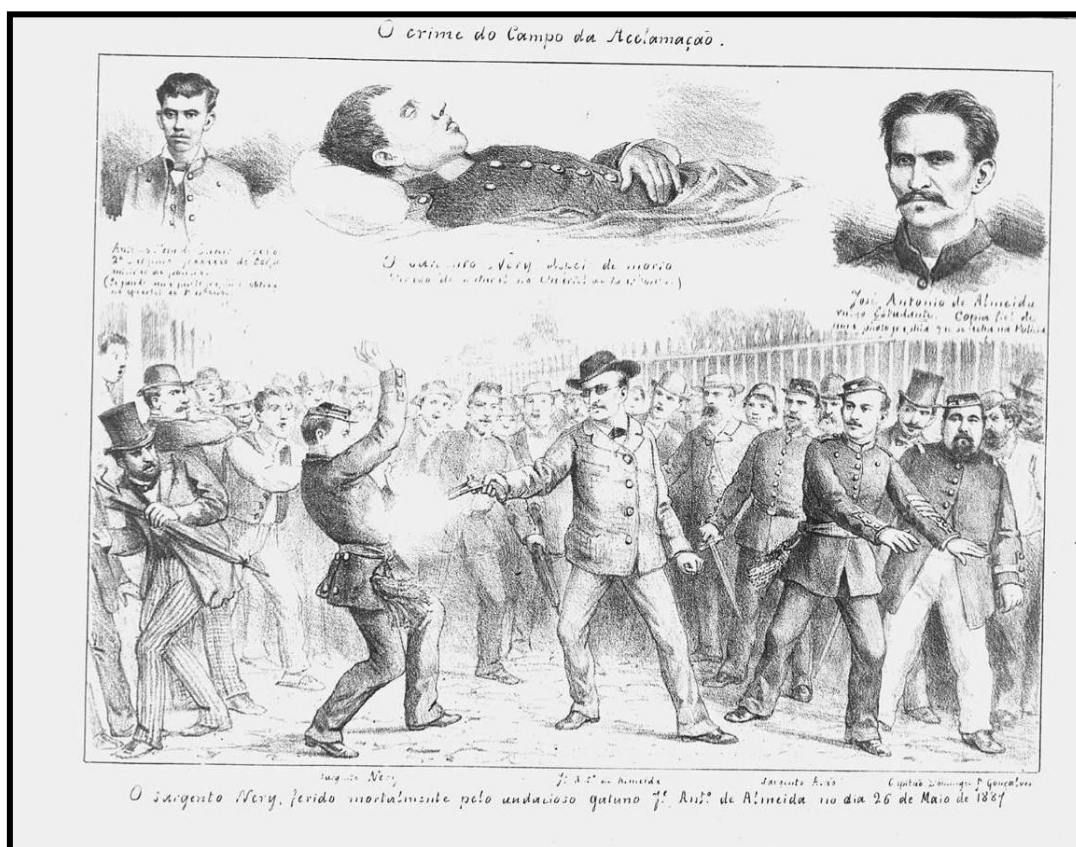


Figura 7: Revista Ilustrada. MAI/1887. Edição 00458.

²²Revista Ilustrada. 31 de maio de 1887. P. 6.

A imprensa periódica no século XIX procurou informar seu público com notícias relacionadas aos acontecimentos sociais, políticos, econômicos e culturais, deixando de ser interesse apenas das elites tradicionais e dominantes. Cada vez mais, as revistas ilustradas foram ganhando força, sendo merecedoras de destaque e de um espaço maior perante a sociedade, pois se utilizavam de uma linguagem reconhecida entre as classes populares. Além disso, as caricaturas e charges também facilitavam no processo de interpretação da notícia tendo em vista o grande número de analfabetos no período.

A violência foi retratada na *Revista Illustrada* de diversas formas. Nem sempre os crimes, conflitos e tensões aconteciam colocando a polícia como desordeira ou o povo como vítimas. Eram paralelos que se misturavam. A violência era generalizada em todas as classes sociais. É necessário entender que todos os personagens envolvidos tinham interesses sejam estes em comum ou não. As representações são sempre carregadas de sentidos, não havendo texto ou narrativa com a intenção da neutralidade e imparcialidade. Fatores como o lugar de onde se fala e o contexto social e histórico influenciam tanto na geração de um texto quanto na leitura e interpretação.

CAPÍTULO 3

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE D. PEDRO II NA *REVISTA ILLUSTRADA*

3.1 O Imperador e os últimos anos do Império

Durante o regime monárquico na capital do império alguns assuntos relacionados à política, religião e escravidão levantavam debates e críticas quanto ao governo. A necessidade de sucessão fez com que D. Pedro II assumisse o poder no dia 23 de julho de 1840 com 14 anos incompletos. A declaração da maioria apoiada pelo Partido Liberal, dando fim ao período regencial brasileiro transferiu os poderes ao imperador, no intuito de acabar com as disputas políticas que abalavam o Brasil. Podemos considerar que nenhum chefe de Estado marcou tão profundamente a história do Brasil como D. Pedro II, tendo em vista a longevidade do governo e as transformações ocorridas em seu transcurso.

Órfão de mãe logo depois de completar um ano de idade, de pai, aos nove, virou órfão da nação. Dela recebeu, via tutores e mestres, uma educação rígida, propositalmente distinta da do pai. Seus educadores procuravam fazer dele um chefe de Estado perfeito, sem paixões, escravo das leis e do dever, quase uma máquina de governar. Passou a vida tentando ajustar-se a esse modelo de servidor exemplar, exercendo com zelo um poder que o destino lhe pusera nas mãos. (CARVALHO, 2007, p. 10).

As orientações do tutor e a ação dos mestres marcaram para sempre a personalidade e os hábitos de D. Pedro. A observação vale, sobretudo, para a concepção da igualdade básica dos seres humanos, para a necessidade de buscar ser imparcial e justo, de não depender de áulicos, de fiscalizar os atos dos funcionários públicos, até mesmo dos ministros, de preocupar-se com o bem público. Vale igualmente para a importância do estudo das ciências e das artes, inclusive as mecânicas. (CARVALHO, 2007, P. 29)

Imaginemos como seria difícil para um garoto de quatorze anos aprender a governar um país. Há de se pensar que seus primeiros anos de reinado foram em meio a muita insegurança e inexperiência. O imperador a fim de resolver as questões políticas do país, sempre recorria aos melhores amigos e “as figuras mais importantes no paço, no entanto, desde a abdicação até depois da maioridade, eram Aureliano Coutinho e o mordomo Paulo Barbosa da Silva.”²³ Em 1848 D. Pedro II teve que lidar com dois problemas centrais do Brasil. Primeiro a regulamentação da propriedade de terra e segundo o fim do tráfico de escravos. A lei de terras, portanto, foi criada em 1850 estabelecendo a compra como a única forma de acesso a terra, abolindo em definitivo o regime de sesmarias. Neste mesmo ano criou-se a Lei Eusébio

²³CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II: ser ou não ser**. São Paulo: Companhia das Letras. 2007. P. 32.

de Queiroz, que previa o fim do tráfico negreiro, e sinalizava a abolição da escravidão no Brasil.

Em meio a tantos acontecimentos, o país enfrentou o maior conflito armado internacional ocorrido na América do Sul travada pelo Paraguai e a Tríplice Aliança, composta por Brasil, Argentina e Uruguai. De acordo com Carvalho (2007), o Paraguai liderado por Francisco Solano López tinha a ambição de fazer do país uma potência regional. Sendo assim decidiu atacar o Uruguai em 1864, forçando uma intervenção do Brasil e da Argentina. A Guerra do Paraguai durou cinco longos anos, terminando com a vitória da Tríplice aliança em 1870.

Quando o imperador realizava suas viagens para o exterior, seu cargo era comandado por Isabel Cristina, sua filha mais velha do casamento realizado com Tereza Cristina. A educação dada à filha foi “semelhante à que ele mesmo recebera, sem dúvida bem mais plena do que a que recebiam as mulheres da época. Mas, como tinham feito com ele, não a introduzira no segredo dos negócios públicos, não a deixara participar da vida política.”²⁴. Portanto, muitos políticos não concordavam com a primeira viagem do imperador a Europa por se tratar de estarem em um momento político cheio de turbulações, como os resquícios da Guerra do Paraguai, o manifesto republicano com o ideário de derrubada da Monarquia e o estabelecimento da República Federativa no país. Além disso, havia a polêmica em torno da libertação do ventre escravo. Mas nada adiou a viagem do imperador, que deixou o país sob a Primeira Regência da Princesa Isabel, com seus 24 anos de idade. Em sua primeira regência, foi decretada a Lei do Ventre Livre, promulgada em 28 de setembro de 1871, considerando livre todos os filhos de mulheres escravas nascidos a partir da data da lei.

Desde o período colonial, a igreja católica era uma instituição submetida ao estado, pelo regime do padroado, que dava ao imperador controle sobre o clero e assuntos eclesiásticos. Ou seja, nenhuma ordem do papa poderia vigorar no Brasil sem antes ter sido aprovada pelo imperador. Segundo Carvalho (2007), ao regressar de viagem, D. Pedro II enfrenta a questão religiosa, um conflito ocorrido no Brasil que se iniciou com um enfrentamento entre a Igreja Católica e a Maçonaria, tornando-se uma grave questão de Estado. Suas causas podem ter sido fundadas na recusa dos bispos Dom Antônio de Macedo Costa e D. Frei Vital em aceitar as interferências do governo, influenciado pela maçonaria na nomeação de diretores de ordens terceiras e irmandades, abalando assim, as relações entre a igreja e o imperador. Em seguida, a questão militar causada por atritos entre os militares e o

²⁴ CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II: ser ou não ser**. São Paulo: Companhia das Letras. 2007. P. 87.

império. Os profissionais das armas queriam uma maior autonomia nos assuntos políticos da nação, e o império punia as manifestações quaisquer que fossem. Os republicanos cresciam em poder e influência, a opinião pública já vislumbrava com bons olhos um Brasil sem imperador.

Desde os anos 1870, iniciou-se uma campanha pela abolição total, dando força ao movimento abolicionista que invade a imprensa, o teatro e as ruas. D. Pedro II se sentindo pressionado encarregou Manoel Pinto de Sousa Dantas a propor ao parlamento a libertação dos escravos de sessenta anos ou mais de idade. Porém houve reação por parte dos escravocratas, obrigando o imperador a procurar ajuda com o senador Saraiva, o qual aumentou a idade dos libertos para sessenta e cinco. A Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotegipe foi promulgada no dia 28 de setembro de 1885.

Diante do impasse, Pedro II recorreu novamente à habilidade de Saraiva, chamando-o ao ministério. Para conseguir a aprovação do projeto, Saraiva o descaracterizou, introduzindo uma alteração substancial. Acrescentou cinco anos adicionais de trabalho a que estariam sujeitos os sexagenários, a título de indenização. Com a modificação, conseguiu aprovar o projeto na Câmara, mas logo depois pediu demissão, alegando não ser capaz de fazer o mesmo no Senado, mais conservador. Outros liberais recusaram-se a aceitar a tarefa de organizar o ministério, forçando o imperador a chamar um conservador, Cotegipe, que fez passar a lei no Senado em 1885. A mudança no texto desapontou os abolicionistas, que retornaram a luta pela abolição total. (CARVALHO, 2007, P. 187.)

No ano de 1887, de acordo com Carvalho (2007), D. Pedro II fez outra viagem a Europa em busca de tratamento para sua saúde. A princesa Isabel assumiu outra vez o governo e precisou enfrentar questões de cunho abolicionista. “Pelo lado da política, a abolição podia converter-se em crédito a favor do terceiro reinado; no que toca à religião, seu catolicismo recomendava a libertação como um imperativo da caridade cristã.”²⁵ Após sentir que Cotegipe procrastinava a questão da liberdade, a Princesa Isabel o destituiu de seu cargo nomeando João Alfredo em seu lugar. Desta forma, a filha do Imperador e herdeira do trono, assinou em 13 de maio de 1888 a Lei Áurea, que declarava extinta a escravidão no Brasil, além de revogar qualquer outra lei que dissesse o contrário.

De acordo com Mello (2007), no regime monárquico algumas publicações foram feitas principalmente pelas revistas da época, mostrando que a maioria das opiniões que predominavam no momento junto à propaganda republicana, diziam que o regime estaria enfraquecendo a nação e que, sem o poder pessoal, o regime não se sustentaria. Após a

²⁵ CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II: ser ou não ser**. São Paulo: Companhia das Letras. 2007. P. 188.

abolição, o Império do Brasil designou aproximadamente duzentas pessoas com títulos de nobreza, fazendo com que os comentários populares e a propaganda se manifestassem ainda mais por toda a cidade do Rio de Janeiro, revelando cada vez mais a incapacidade do sistema monárquico. A causa talvez estivesse justificada pelo agravamento da diabetes do imperador e pela possível existência de um Terceiro Reinado, o que causava na sociedade uma falência no poder. No entanto, segundo Carvalho (2007), se a Princesa Isabel pensava que iria acumular créditos para um terceiro reinado, equivocou-se redondamente. Ganhou sim amplo apoio popular, porém não foi o suficiente para impedir a crise no final do regime que acabou culminando na proclamação da República, pois o dano causado pela defecção dos proprietários de escravos teve peso muito maior do que o apoio popular.

D. Pedro II, monarca popular entre o povo, teve seu reinado interrompido pelo golpe republicano, apenas dois anos antes de sua morte e transferência do poder ao seu sucessor. O caso é que a monarquia foi se desgastando de modo bastante lento, com episódios como a Guerra do Paraguai, quando o monarca perdeu apoio entre aqueles que lutaram no conflito; a questão religiosa; a questão militar, e por fim, a decisão de abolir a escravidão, levando ao fim a monarquia. O último grupo disposto a apoiar o regime, o dos ricos cafeicultores, beneficiários da mão de obra escrava, abandonaram o governo à sua própria sorte, que teve um fim em 15 de novembro de 1889. Nesta mesma data foi declarada a Proclamação da República sob o comando do chefe do governo Marechal Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente do Brasil.

Nos últimos momentos do império, segundo Carvalho (2007), a saúde do imperador se agravava devido a diabetes e a complicações hepáticas. As notícias e boatos começavam a circular tratando da incapacidade do imperador de governar. No entanto, a popularidade do imperador se manteve alta, sua partida para a Europa em busca de tratamento junto a outros acontecimentos, de certa forma engrandeceu sua imagem de bom e simples. Porém, críticas a respeito do seu caráter não faltavam na imprensa oposicionista como as de Lúcio de Mendonça ao dizer que “fica-nos a impressão de quem contempla o sono pesado do imbecil, sacudido às vezes pelas garras do pesado: pesada imobilidade preguiçosa, entrecortada de rara agitação enferma.”²⁶ Com seu estado de saúde cada vez mais debilitado, “entrou em agonia na noite do dia 4 e morreu aos 35 minutos do dia 5. Paul Nadar fotografou o corpo, já vestido

²⁶ MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República consentida: cultura democrática e científica do final do império**. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2007. P. 187

com farda de marechal. O atestado de óbito foi assinado por Charcot, Bouchard e Mota Maia. *A causa mortis* indicada foi pneumonia aguda do pulmão esquerdo.”²⁷

Em quase meio século de reinado, d. Pedro II presidiu a solução dos grandes problemas que, quando ele subiu ao trono, ameaçaram a própria existência do país. A beira da fragmentação em 1840, o Brasil em 89 exibia poucos sinais de fratura. O tráfico fora extinto, e a escravidão fora abolida. O processo foi demasiado lento, mas até o fim o imperador e os abolicionistas tiveram de enfrentar a resistência tenaz de proprietários e da maioria da representação nacional. A instabilidade política havia sido substituída pela consolidação do sistema representativo e pela hegemonia do governo civil, em nítido contraste com o que se passava em países vizinhos. Na política externa, o Brasil definiria com clareza e preservava seus interesses na região platina, e ganhara respeitabilidade diante da Europa e dos países americanos. Pessoalmente, o monarca conquistara o respeito internacional pela dignidade e patriotismo com que exercera o poder e pela proteção que dispensara às ciências e às letras. Muito ainda restava por fazer, sobretudo no campo da educação, da descentralização do poder, da formação do povo político. Como ele mesmo notou, tudo andava devagar demais no Brasil. Mas, posto que lentamente, estavam lançadas as bases para a construção do país. (CARVALHO, 2007, P. 222).

3.2 A imagem de D. Pedro II na *Revista Illustrada*

No século XIX, o Império Brasileiro junto a D. Pedro II fizeram parte de um grande número de imagens e de representações quanto à criação política e institucional de um lado, e a figura mítica, marca do imaginário popular, de outro. O imperador foi imortalizado nas memórias nacionais consolidadas nas caricaturas e charges de algumas revistas do período. A *Revista Illustrada*, através das imagens humorísticas presentes em suas ilustrações, nos permite uma pesquisa, análise e interpretação de charges, buscando compreender as dinâmicas culturais, políticas, econômicas e sociais da época. Neste período ocorreram importantes mudanças e crises no país as quais foram retratadas de maneira leve, porém crítica e bem humorada em criativas ilustrações que logo se popularizaram, fortalecendo e comprovando, desta maneira, o interesse pelo humor da sociedade brasileira. Por ser uma revista republicana e abolicionista, críticas contra a escravidão e o Império eram recorrentes, como em algumas ilustrações do ano de 1887 e 1888.

Como vimos anteriormente, a monarquia foi se desgastando lentamente. A análise da *Revista Illustrada* deve, portanto, considerar tanto a imagem como o texto escrito. “*El Rei, nosso Senhor e amo, dorme o sono da indiferença. Os jornais que diariamente trazem os desmandos desta situação parecem produzir em S.M o efeito de um narcótico. Bem aventurado senhor! Para vós o reino do céu e para o vosso povo o do inferno!*”. Observamos

²⁷ CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II: ser ou não ser**. São Paulo: Companhia das Letras. 2007. P. 238.

aqui o tom de denúncia diante do descaso do imperador que se mantinha inerte aos vários acontecimentos do período. Na imagem, nota-se D. Pedro II idoso, de forma desleixada com o corpo largado e dormindo em uma poltrona, com longas barbas brancas, revelando seu cansaço, óculos caídos sobre o rosto e sem a coroa imperial na cabeça. Sobre o colo está o jornal “O Paiz” e sobre a mesa, vários outros jornais narrando às notícias e acontecimentos no Brasil.

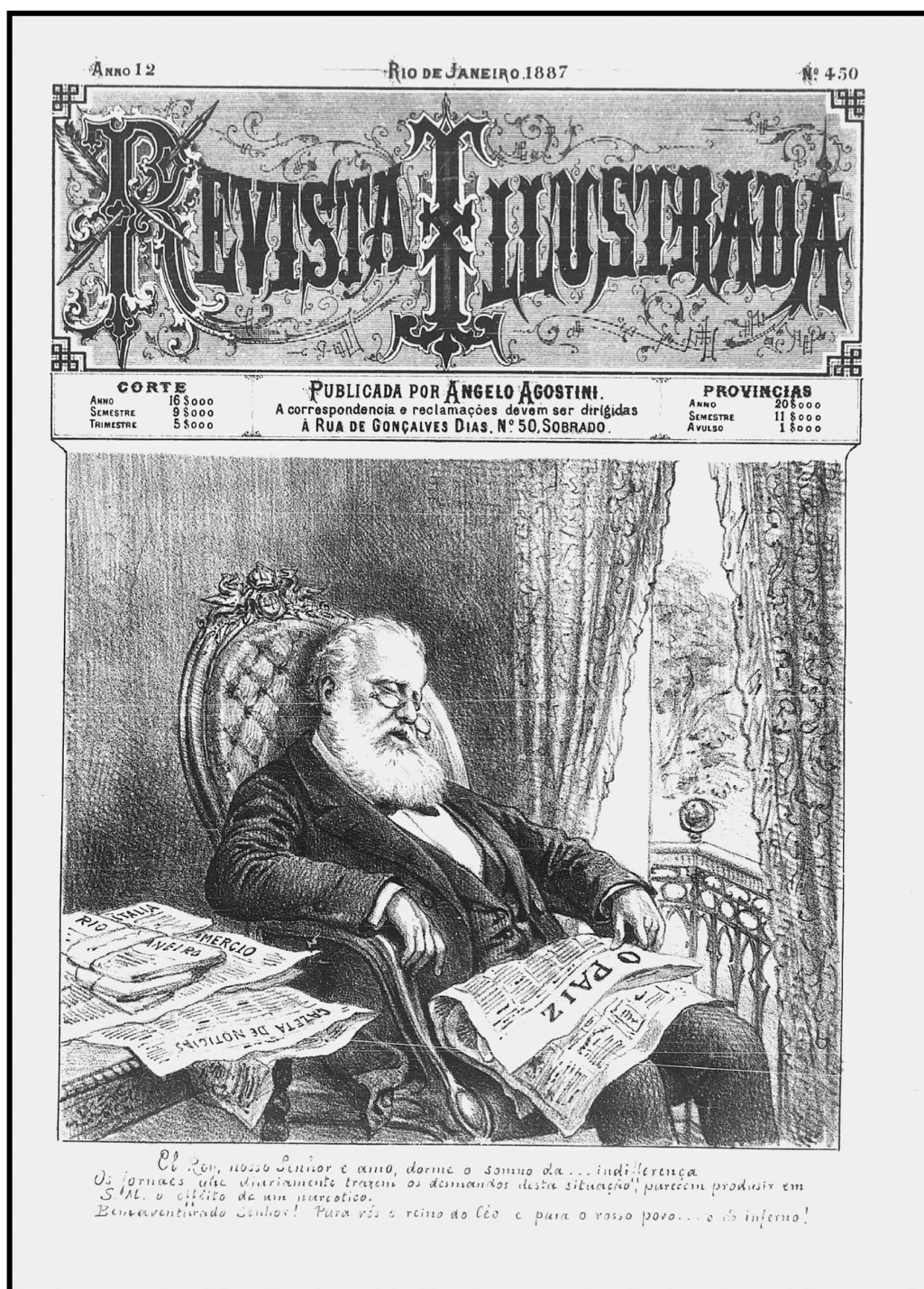


Figura 8: Revista Ilustrada. FEV/1887. Edição 00450.

A imagem e a aparição de um representante do poder na *Revista Illustrada* era vinculada à representação de governo. Nesta imagem, o regime monárquico dava a ideia de um sistema político antiquado, enfraquecido e em fase terminal. “Nos últimos anos da monarquia d. Pedro II abandonava uma ética da ostentação para vestir a imagem de um senhor envelhecido, enfadado com o poder,”²⁸ contribuindo para que sua própria imagem passasse a ser alvo de críticas e sarcasmo. Para os republicanos, a monarquia não acompanhava mais as mudanças do final do século XIX. Era necessário algo novo e moderno como a República. Na imagem, a indiferença do imperador quanto aos problemas que assolavam o país é incontestável. Este parecia mais um espectador assistindo de camarote o crescimento do Partido Republicano e do abolicionismo junto à queda do regime monárquico. Portanto, nota-se que a *Revista* sempre faz analogias quanto à imagem do imperador e sua maneira de governar o país, ou seja, há uma grande intencionalidade por parte das caricaturas de denegrir a imagem de D. Pedro II, junto à tentativa de acabar ou diminuir o sentimento e a adoração popular para com o imperador. No entanto, ao mesmo tempo em que o regime e sua imagem eram associados ao estado de decadência, a popularidade do Imperador aumentava entre a população de forma geral.

(...) Mais do que isso, a realeza como instituição parecia doente, cada vez mais associada ao atraso e ao estranhismo. Estranha separação: d. Pedro II abatido pela diabetes parecia longe dos momentos fortes do “monarca-mecenas” ou mesmo do “monarca-cidadão”. Visto desse ângulo era quase um fantasma de si próprio, um fantasma da realeza. Não obstante, tal qual uma imagem cristalizada, o monarca, pela simpatia que despertava, era aos poucos desvinculado da própria instituição que representava. Era como se a imagem de d. Pedro, idealizada de forma mística, ou mesmo como um “bom pai” que “com um ato caridoso abolia a escravidão”, ou em virtude de sua aparência mais senil, tomasse um rumo diverso da sina da realeza oficial. É só dessa maneira que se pode entender como, paradoxalmente, ao mesmo tempo que a monarquia perdia claramente a batalha política e ideológica, d. Pedro atingia o ponto mais alto de sua popularidade. E hora de voltar à cena. Nesse contexto era só a figura idealizada do monarca que parecia assegurar o regime. (SCHWARCZ, 1998, P. 666).

De acordo com Schwarcz (1998), desde os anos 50, a liberdade de imprensa no Brasil permitia publicações de críticas políticas sérias de maneira divertida, sendo o imperador um dos alvos mais constantes de ataques e desenhos satíricos que mostravam a feição do monarca e de seus políticos, envolvendo-os em situações e cenários hilariantes. A caricatura, ao contrário da fotografia, permitia modificar as feições e corromper o cenário, destacando as contradições que rondavam o governo e seu principal representante. Ângelo Agostini, na

²⁸ SCHWARCZ, Lília Mortiz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 607.

Revista Illustrada, nos ofereceu “um quadro acabado do jornalismo ilustrado da segunda metade do século XIX e das questões nele tratadas, sua trajetória nos oferece quadros em movimento, com imagens distorcidas, abertas a muitas e múltiplas interpretações.”²⁹ Entre os anos de 1887 e 1888 as maiores sátiras, charges e caricaturas se direcionavam à imagem de D. Pedro II e a representação do seu estado de saúde cada vez mais lastimável. As especulações acerca de algum mal estar debilitando o Imperador se tornavam cada vez mais constantes nas publicações da *Revista* e dos jornais da época. Alguns jornais diziam sofrer de resfriado, outros de diabetes, outros de pleurite (inflamação da pleura, tecido que envolve os pulmões). Os ataques de febre se tornavam constantes. Sua saúde declinava espantosamente, e seus médicos sugeriram que ele buscasse tratamento na Europa. A *Revista Illustrada* publicando os assuntos e notícias da época, não deixava de relatar em suas páginas as indagações e especulações quanto à saúde do Imperador.

Espécie de Crônica

Não há paciência que se não esgote!

E tanto os médicos do paço avisaram do estado satisfatório do imperador, que, afinal o público impacientou-se, e quase lhes foi pedir contas do seu soberano.

De fato, há quase dois meses, que periodicamente, a pequenos intervalos, essas sumidades médicas, aparecem em público, batem palmas, e exclamam:

___ S. M. teve um novo acesso febril, mas o seu estado é satisfatório!

(...) O protesto contra este estado de coisas tornou-se geral, e até o órgão dos diagnósticos satisfatórios, que a ninguém satisfaziam, depois de nos ter dito que se estava exagerando o mal do imperante, mudou de ideia e reclamou, basicamente, em artigo de fundo, novos médicos, embora lhes dessem, antes, o título de honorários da imperial câmara.

(VERIM. Revista Ilustrada. ABR/1887. Edição 00456).

Causas Extraordinárias

O estado de saúde de S.M tornou-se um mistério! Segundo a opinião de todos os jornais, o nosso soberano acha-se, cada vez, mais debilitado e abatido.

Entretanto, segundo as declarações oficiais, S.M melhora de dia em dia, dando assim o governo a entender que o Imperador está gordo e rechonchudo.

O Sr. Joaquim, que não admite duas opiniões em matéria tão grave, interpelou o Snr. Presidente do Conselho para este declarar, positivamente, qual o estado de saúde do Imperador; e sobre este assunto, pronunciou um discurso tão comovente, que a Câmara tornou-se um perfeito vale de lágrimas!

(REVISTA ILUSTRADA. OUT/1887. Edição 00467).

Como podemos ver, nos dois artigos, tanto a população quanto os jornais e as revistas na época, tinham uma grande preocupação a respeito dos problemas de saúde do Imperador. Em si tratando das publicações na *Revista Illustrada*, o primeiro artigo mostra que a posição dos médicos acaba causando indignação e revolta entre o povo. A equipe médica que cuidava do Imperador em Petrópolis parecia não conseguir entender ou definir o mal que o assolava, sempre realizando o mesmo discurso ao atestar que seu estado de saúde era satisfatório. Nem

²⁹BALABAN, Marcelo. **Poeta do Lápis: sátira e política na trajetória de Ângelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)**. Campinas, SP:Editora da Unicamp, 2009. P. 25.

o povo e nem a imprensa aguentavam mais a ânsia por notícias concretas. Portanto, a única alternativa que restou ao órgão da medicina, diante da pressão popular e jornalística, foi solicitar ajuda de novos médicos para seu diagnóstico e tratamento. No segundo artigo, a indignação e a revolta por notícias acabam chegando entre os políticos do país. O estado de saúde de D. Pedro II começa a criar contradições sobre sua real situação. Os jornais relatavam que o soberano se encontrava cada vez mais abatido e debilitado. A fraqueza e o cansaço rondavam o Imperador em meio a acessos febris. Entretanto, nas declarações oficiais relatava-se que o mesmo se encontrava em perfeita saúde, gordo e rechonchudo. Estas controvérsias fizeram com que o ministro e senador Joaquim Delfino exigisse do Presidente do Conselho - Barão de Cotegipe - uma resposta veraz sobre o estado de saúde do Imperador. Através dessa circulação de notícias que ocorriam na época, pode-se concluir que os habitantes da cidade cada vez mais se tornavam leitores e consumidores desses jornais e revistas ilustradas, a fim de se manterem informados a respeito de temas sociais, políticos e econômicos do período.

Com base nesses dois artigos chama atenção à preocupação e o interesse de todos diante da situação. Como D. Pedro II conseguia sensibilizar a parcela mais pobre da população brasileira sua contemporânea? A própria figura do imperador era o que sustentava o regime monárquico, ou seja, se D. Pedro II viesse a morrer o regime político perderia a força de vez e cairia. Portanto, a preocupação poderia ser outra: D. Pedro II estava prestes a morrer, por isso, os políticos precisavam se antecipar e tomar as rédeas dos acontecimentos proclamando a República. Qual a imagem representada deste Imperador no país? Para muitos D. Pedro II, desde a sua infância, foi “um menino tímido, ensimesmado e, seguramente, muito carente de afeto. Timidez e carência foram traços de sua personalidade. A timidez, ele a escondeu, após a maioridade, atrás da máscara do poder.”³⁰ No entanto, por ser o imperador havia para todos uma obrigação de tratá-lo com respeito e reverência, dando-lhe autoridade e segurança. Depois de adulto, se mostrava uma pessoa amigável e gentil; apto a comunicar-se com gente simples e identificar suas necessidades; tranquilizadamente gordinho, não representava ameaça a ninguém, e ao mesmo tempo é digno e imponente, um legítimo chefe de Estado; transformou a imagem do Brasil como um Estado-nação, tornando-o conhecido e respeitado em todo o mundo. Porém, a criação de uma imagem doce e afetiva servia para acalmar a população mais pobre e também mostrar para a elite política como o imperador era inofensivo. A campanha republicana precisou desconstruir essa imagem por meio da criação de um D. Pedro doente e incapaz de governar por causa de sua saúde frágil. Além disso,

³⁰CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II: ser ou não ser**. São Paulo: Companhia das Letras. 2007. P. 32-33.

grande parte da imprensa na época conquistava seus leitores através de imagens que ridicularizavam o Imperador, retratando-o como um louco.

Sempre que D. Pedro II realizava suas viagens a Europa em busca de tratamento ou questões políticas, a Princesa Isabel assumia o trono como podemos ver na charge a seguir. No centro da imagem, o Imperador havia acabado de descer as escadas do porto. Vestido com um simples casaco, chapéu e uma bolsa enlaçada no pescoço, sua fisionomia demonstra um homem velho, barbudo, cansado e debilitado, sendo necessário a ajuda de dois acompanhantes. Um deles é representado por um homem bem trajado que o guia pela mão esquerda até a canoa, enquanto que o outro lhe segura por trás e embaixo dos braços na tentativa de firmar-lhe o corpo. Na canoa ancorada a direita, há um remador em pé, segurando o remo para cima, enquanto espera a entrada do Imperador. Nas escadas, vê-se a Princesa Isabel, muito bem vestida e elegante com a mão direita estendida para o pai como se lhe pedisse para ficar. D. Pedro II, olhando para a filha, também lhe estende a mão direita como se pedisse clemência e piedade por não ser dono de suas vontades e nem de sua saúde, que até então era o foco no momento. Acima da imagem, percebe-se que algumas pessoas e crianças observam a partida do soberano como se lhe desejassem melhoras, além de um bom tratamento.

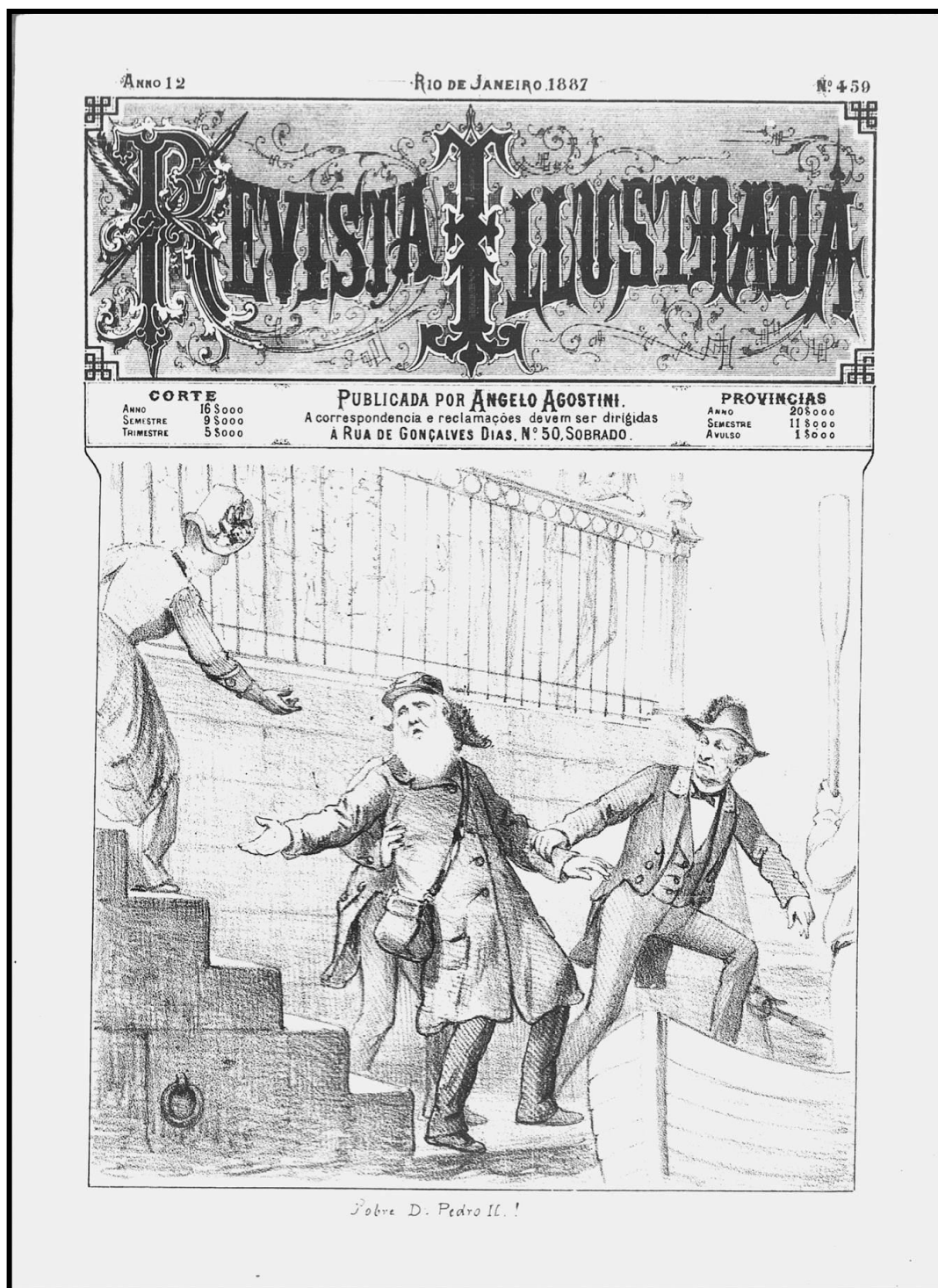


Figura 9: Revista Ilustrada. JUN/1887. Edição 00459.

A *Revista Ilustrada*, portanto, nos mostra mais uma vez com riqueza de detalhes em suas caricaturas, a imagem predominante de um Imperador velho e debilitado, ou seja, sem condições de governar nenhum país. De forma contumaz percebemos sua insistência em retratar para seus leitores a figura de um imperador em decadência assim como seu império.

Desta forma, ao analisarmos charges ou caricaturas devemos nos atentar a ideologia implícita nas mesmas sempre com o objetivo de convencer e influenciar assim como qualquer outra fonte. Porém, deve-se ter cuidado também ao criticá-las, pois uma análise de todo o contexto econômico, político e social devem ser considerados, pensando sempre no que está além do que nos é representado.

Desde o início das suas regências, a Princesa Isabel se mostrou partidária das questões abolicionistas, apoiando políticos e artistas, embora alguns tivessem suas ideias ligadas ao movimento republicano. Um dos feitos da Princesa eram as proteções dadas aos escravos fugitivos em Petrópolis. “Temos sobre isso o testemunho insuspeito do grande abolicionista André Rebouças, que tudo registrava em sua caderneta implacável. Só assim podemos saber hoje, com dados precisos, que no dia 4 de maio de 1888, almoçaram no Palácio Imperial 14 africanos fugidos das Fazendas circunvizinhas de Petrópolis.”³¹ De acordo com Silva (2003), no Rio de Janeiro formou-se o Quilombo do Leblon, tendo como idealizador o português José de Seixas Magalhães. O Quilombo se situava em uma chácara na qual se cultivava flores – camélias – com o auxílio de escravos fugidos. Estas camélias, portanto passaram a simbolizar a simpatia ao Movimento Abolicionista. Além da cumplicidade que tinha com os grupos abolicionistas do Rio também contava com a proteção da própria Princesa Isabel. Como prova de gratidão, Seixas fornecia camélias regularmente ao Palácio das Laranjeiras, então residência da princesa e hoje sede do governo do Estado. Estas camélias se destacavam nos vestidos de muitas senhoras da Corte incluindo da própria princesa.

A assinatura da Lei Áurea no dia 13 de maio de 1888 foi o ato realizado pela princesa que mais enalteceu a regente dando-lhe o título de “redentora”. Essa lei sem dúvida “foi a mais importante e mais curta da história do país. Resumia-se a dois artigos: É declarada extinta, desde a data desta lei, a escravidão no Brasil. Revogam-se as disposições em contrário.”³² A lei que abolia a escravidão no Brasil foi a mais festejada nas ruas de todo o país. No entanto de acordo com Schwarcz (1998), o título adquirido não foi suficiente para assegurar o terceiro reinado que se esperava. A elite abandonara o imperador, em virtude da rapidez na aprovação da abolição e da ausência de indenização, além dos republicanos que souberam aproveitar o descontentamento dos fazendeiros para reforçar a necessidade da

³¹ SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. P. 4.

³² CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II: ser ou não ser**. São Paulo: Companhia das Letras. 2007. P. 188.

mudança de regime. O que realmente levou a princesa a assinar a Lei Áurea? Existem várias vertentes sobre a questão. Alguns não acreditam na livre e espontânea vontade da princesa quanto a assinatura da lei, pois defendem a ideia de que o fato ocorreu por pressões internas e externas: como as frequentes fugas de negros com o apoio abolicionista, além da dificuldade em se manter o trabalho escravo tendo em vista a concorrência com a mão-de-obra imigrante. A liberdade dada aos negros também não foi o suficiente para inseri-los na sociedade, pois lhe faltavam oportunidades e condições para esta nova vida. O fato do Brasil também ser o último país independente do Ocidente que ainda não havia erradicado a escravatura foi decisivo.

Após a abolição da escravatura, a queda do império não tardou, pois um ano depois, foi Proclamada a República do Brasil, dando fim à soberania do imperador D. Pedro II. Após ser deposto o Imperador e sua família deixaram o país. Quase dois anos depois de exilado, o Imperador estando em Paris, na França, a meia-noite e meia do dia 5 de dezembro de 1891, falece deixando a Princesa Isabel como sucessora legal do Trono do Império do Brasil. “O atestado de óbito foi lavrado por Mota Mais, Charcot e Bouchard, que apresentaram como causa da morte uma pneumonia aguda do lado esquerdo.”³³

Guardados os contextos absolutamente diversos, o ex-imperador brasileiro, até então isolado no exílio, com a morte vive como rei e como lenda. Na verdade, o “retorno” já começara a ser comentado e mesmo temido muitos anos antes. Em 1891, d. Pedro doara ao Instituto Histórico parte de sua volumosa biblioteca - composta, dizem, de 50 mil - títulos e de sua bela coleção de fotos. O gesto do ex-imperador era sem dúvida um claro sinal de estima por esse estabelecimento, que lhe fora tão fiel, mas também significava uma forma de perpetuar sua memória guardada nas imagens que durante anos colecionara. O IHGB - ainda em 1890, quando da visita de Deodoro, proibira-o de sentar-se “na cadeira de d. Pedro” (ordem que o presidente acatou rapidamente) - passou então a liderar um movimento pela preservação da imagem do último monarca brasileiro. Como sinal de luto, logo após a morte do imperador, mantém as portas da instituição fechadas durante sete dias, manda celebrar uma missa solene de sétimo dia, cobre com crepe a cadeira do monarca, oferece um prêmio para a melhor biografia sobre d. Pedro e, por fim, toma providências com vistas a obter autorização para o traslado dos restos mortais do casal imperial. Estavam dados, portanto, os primeiros passos em direção ao “culto da memória do imperador”, a sua “consagração” póstuma: d. Pedro era recuperado não por sua face de governante, mas como um rei místico e sagrado. Nos anos que se seguem o IHGB, em todas as sessões aniversárias, faria referências saudosas ao imperador, apesar das dificuldades vivenciadas pela instituição durante a República. Afinal, o estabelecimento, desde a partida de d. Pedro, havia perdido seu principal financiador. E, a cada 5 de dezembro - data da morte do imperador -, o IHGB cerrava suas portas, numa homenagem bastante isolada, em um país que se esforçava por criar novos heróis para a nação. Além disso, o estatuto de 1891 do IHGB prescreveu que os novos sócios efetivos, a partir daquela data, deveriam pronunciar um discurso sobre D. Pedro II no momento de sua admissão. (SCHWARCZ, 1998, P. 738-739).

³³ SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 729.

Desta forma, com base em seus artigos, charges e caricaturas, percebemos como a *Revista Illustrada* contribuiu com a dessacralização da imagem do imperador. Sendo a própria figura do imperador que sustentava o regime monárquico, restava aos abolicionistas e republicanos acabar com o regime político de D. Pedro II sendo necessário antecipar sua queda. Para isso a *Revista* utilizou e criou a imagem de um imperador doente e incapaz, na tentativa de desconstruir sua imagem popular, garantindo apoio necessário para a Proclamação da República. Portanto, a *Revista Illustrada* pode ser considerada uma das grandes responsáveis pela deteriorização da imagem pública do soberano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há algum tempo a imprensa vem aparecendo como fonte e objeto de pesquisa em diversos campos de estudo, abordando os mais variados temas e problemáticas, deixando de ser considerada uma fonte suspeita. No entanto, tratar a imprensa como fonte para uma pesquisa de história exige requisitos essenciais como, por exemplo, não tratá-la como fonte secundária tomada como mera fonte de informação. Além disso, não se deve “tomar a imprensa como um espelho ou expressão de realidades passadas e presentes, mas como uma prática constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais.”³⁴ Sendo assim, os periódicos (jornais, revistas e outros gêneros), quando utilizados como objeto de investigação histórica devem ser analisados de forma a verificar não o que estes documentos dizem, mas sim, como dizem, buscando com isso fazer crítica interna e externa desse documento.

De acordo com Luca (2005), alguns aspectos metodológicos são sugeridos como guia na utilização dessas fontes. Sendo assim, deve-se historicizar a fonte, ou seja, analisar sua materialidade, para quem escreve e por que escreve, localizar seu público alvo, verificar a organização estética desse periódico, a estruturação e divisão do conteúdo, seus editores e proprietários e como estes se relacionam com poder e suas instituições. Além disso, devemos analisar o contexto histórico ao qual o documento está inserido, analisando o político, econômico, social e cultural, para com isso entendermos as motivações daqueles que os produzem e por que produzem. Portanto, levantar todos estes aspectos em um estudo realizado na *Revista Ilustrada*, foi de grande importância para compreender os movimentos abolicionistas.

Minha monografia originou da pesquisa que compreendeu um estudo dos conteúdos mais abordados pela *Revista Ilustrada* no período imediatamente anterior à abolição da escravidão. A partir das charges, caricaturas e artigos publicados, foi possível fazer uma análise das possíveis intenções e objetivos almejados pelo corpo editorial da revista. Além disso, foi possível perceber o quanto a liberdade de expressão, permitida na época, contribuiu com as manifestações e divulgação de seus interesses. Por fim, conclui-se ser importante tratar do tema em questão, tendo em vista a importância da imprensa ilustrada como

³⁴ CRUZ, Heloisa de Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa**. Revista Projeto História, São Paulo, n.35, dez. 2007. P. 258.

interlocutora dos olhares sobre o mundo e intenções de sociedades do presente para o futuro, além de tornar-se público conflitos existentes. Além do poder de comunicação da imagem abranger uma quantidade maior de pessoas, tendo em vista uma liberdade maior expressada através de caricaturas. Dessa forma a imprensa ilustrada tanto contribui para o equilíbrio de opiniões, recebendo influências de leitores e conselho editorial, quanto visa lucros e atua como aparelho privado de hegemonia. Sendo assim, podemos considerar que nenhum discurso é neutro e sim representante de manifestações da sociedade a ela vinculada. Desse modo, a *Revista Illustrada* nos anos de 1888 e 1889, foi de grande importância na propagação das ideias e manifestações abolicionistas, contribuindo, portanto, para a queda do sistema monárquico.

FONTES

REVISTA ILLUSRADA (1888-1889)

BILIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro. “Não há mais escravos, os tempos são outros”: abolição e hierarquias raciais no Brasil. In: **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 2009.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Onda Negra Medo Branco, O Negro no Imaginário das Elites Século XIX**. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1987.

BALABAN, Marcelo. **Poeta do lápis: sátira e política na trajetória de Ângelo Agostini no Brasil imperial (1864-1888)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

BRETAS, Marcos Luiz. **A polícia carioca no Império**. 1998.

BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. **A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas**. 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II: ser ou não ser**. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

CARDOSO, Rafael. **Projeto gráfico e meio editorial nas revistas ilustradas do Segundo Reinado**. In: KNAUSS, Paulo. MALTA, Mariza. OLIVEIRA, Cláudia. VELLOSO, Mônica Pimenta. (org.) **Revistas ilustradas: modos de ler e ver no segundo reinado**. Rio de Janeiro. Mauad X: Faperj. 2011.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo. Companhia das letras, 1990.

CHALLHOUB, Sidney e Leonardo Affonso de Miranda Pereira (org.). Apresentação. In: **A História contada: Capítulos da história social da literatura no Brasil**. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira. 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

COSTA, Edilaine Vieira. **Nos tempos de Capanema*, a saúva e os direitos de monopólio**. In: **Cadernos de História da Ciência**. Vol. 7. Nº 1. São Paulo. Jan/Jun 2011.

KNAUSS, Paulo. MALTA, Mariza. OLIVEIRA, Cláudia. VELLOSO, Mônica Pimenta. (org.) **Revistas ilustradas: modos de ler e ver no segundo reinado**. Rio de Janeiro. Mauad X: Faperj. 2011.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MARTINS, Luiza Ana. **Desenho, letra e humor estereótipos na caricatura do império**. In: LUSTOSA, Isabel. (org.) *Imprensa, Humor e caricatura*. Belo Horizonte. Editora: UFMG. 2011.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. “A bela paz doméstica se vai por água abaixo: a desafeição ao regime e a dessacralização do monarca”. In: **A República consentida: cultura democrática e científica do final do império**. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2007.

PORTO, Ana Gomes. **Novelas sangrentas: literatura de crime no Brasil (1870-1920)**. Campinas, SP. 2009.

PORTO, Ana Gomes. **Memórias de um condenado e mistério da tijuca, romances de crime**. 2011.

SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Sensibilidades modernas: as revistas literárias e de humor no Rio de Janeiro da Primeira República**. In: LUSTOSA, Isabel. (org.) *Imprensa, História e Literatura*. Editora: Casa de Rui Barbosa. 2008.